

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS**  
**CLÁSSICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**ESTRUTURAS DE RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

**JAQUELINE MARINHO PINHEIRO DE ALMEIDA**

**BRASÍLIA - DF**

**2011**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS**  
**CLÁSSICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**ESTRUTURAS DE RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

**JAQUELINE MARINHO PINHEIRO DE ALMEIDA**

**Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Linguística.**

**Orientadora: Dra. Heloisa Maria  
Moreira Lima de Almeida Salles.**

**BRASÍLIA - DF**

**2011**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**JAQUELINE MARINHO PINHEIRO DE ALMEIDA**

**ESTRUTURAS DE RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

**Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Linguística.**

**Banca examinadora:**

---

**Presidente/Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heloisa Moreira Lima Salles (LIP/UnB)**

---

**Membro externo: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ilza Ribeiro (Departamento de Letras e Linguística/UFBA)**

---

**Membro interno: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Enilde Faulstich (LIP/UnB)**

---

**Membro suplente: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rozana Reigota Naves (LIP/UnB)**

*Ao José, que, se dependesse das horas de estudo, já nasceria mestre.*

# Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles, por ter acolhido esta proposta e acreditado nela desde o início e por nunca baixar o nível de exigência. Agradeço também pelas aulas e avaliações de Sintaxe Gerativa, que me fizeram descobrir um mundo teórico totalmente novo, pelo incentivo a conciliar os estudos, trabalho e gestação, pela compreensão nessa questão e pelo esforço que fez para me ajudar nisso, inclusive nos horários das orientações e das disciplinas e nos prazos, pela sinceridade e integridade que compõem seu caráter, pela humanidade, atenção, carinho e, ao mesmo tempo, total profissionalismo e responsabilidade com que sempre me tratou. Agradeço também por sua competente e dedicada atuação como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, que tanto enriqueceram meus conhecimentos teóricos e minha jornada do Mestrado com suas aulas e avaliações nas disciplinas que compõem a grade curricular do curso e nas atividades extracurriculares.

Agradeço, em especial, às professoras que me concederam a honra de tê-las na minha banca examinadora: Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Ilza Ribeiro, Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Rozana Reigota Naves e Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Enilde Faulstich. Obrigada por aceitarem o convite.

A Renata e Ângela, servidoras da Secretaria da PPGL, por terem sido tão eficientes e solícitas em todas as ocasiões em que precisei do seu trabalho.

Aos meus colegas do Mestrado, Ana Terra, Cristiany, Moacir, e de Doutorado, Déborah, Wanderson Bomfim, Zenaide e Jane Adriana, pelo alto nível das discussões, pelo compartilhamento das dificuldades nos estudos em grupo, pelas confraternizações regadas a boa música, pelas indicações bibliográficas, e principalmente à amiga Beatriz, pela companhia, pelas conversas longas e produtivas e pelos livros emprestados.

A todos os meus colegas do Setor de Taquigrafia da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pelas sugestões de dados, principalmente: ao Rodrigo, pelas perguntas difíceis, ao Phillipe, pelas respostas fáceis, à Gabriela, pelo apoio logístico tão necessário, pela amizade e pelos ouvidos disponíveis, à Tatiana pelas sábias e oportunas

reflexões, e à minha chefe, Aya Thuin, pelo estímulo ao compromisso e pela disponibilidade.

Aos meus amigos, que não vou nomear para não ser injusta, por encherem de alegria muitos momentos da minha vida, inclusive com suas piadas sobre o estatuto do *que*.

Aos meus familiares, meus pais, meus irmãos, primos, cunhados e sobrinhos, pela formação que me deram e pela segurança que representam.

Ao meu marido Hélio, pelo amor, pela paciência, pela dedicação e pela sabedoria que me traz todos os dias, pelo interesse que manifestou, pelo estímulo e apoio que me deu em relação a este trabalho e tudo o que ele envolveu e pelo suporte técnico que me prestou quando meu semialfabetismo digital e minha impaciência exigiram. E pelo José.

Ao José, em primeiro lugar, por existir, e também pela companhia em tempo integral e pela paciência de esperar até que a mamãe seja só dele.

E a Deus, que munuiu o ser humano da Linguagem, e a mim, como filha, deu tudo, por ter me inclinado o ouvido quando o invoquei no meio de todas as angústias que este trabalho gerou. E pelo José.

*“Qualquer língua é a realização suprema do talento coletivo exclusivamente humano, mistério tão divino e infundo quanto um organismo vivo.”*

*(Michael Krauss)*

## Resumo

Este trabalho surgiu da observação de dados produzidos em eventos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e coletados durante o processo de produção das notas taquigráficas. Dentre as realizações não-padrão observadas, destacaram-se as orações relativas com as seguintes características: (i) ocorrência de pronomes resumptivos e de anáfora lexical na posição sintática relativizada; (ii) aparente violação de restrições de ilha; (iii) ausência de preposição regente da categoria *que*; (iv) mapeamento de constituintes não argumentais na sintaxe da relativa (v) uso de *que* em detrimento de outras formas como *quem*, *quando* e *cujo*. Na busca por uma estrutura sintática capaz de gerar os dados coletados de orações relativas não padrão, deparamos com a hipótese de que o que permite a realização desses fenômenos no português do Brasil, considerada uma língua orientada para o discurso, é a presença de uma posição de tópico interna à oração relativa, já presente na literatura gramatical (cf. KATO, 1993). Essa hipótese será investigada à luz da abordagem gerativista, pelo mecanismo lógico-dedutivo. Assim será feito um estudo da bibliografia sobre o assunto, e os dados coletados serão analisados na busca por generalizações baseadas nos estudos prévios.

**Palavras-chave:** *relativização; tópico; Caso; preposição.*



## Abstract

This work arose from the observation of data produced in events of the Câmara Legislativa do Distrito Federal and collected throughout the production process of the shorthand notes. Among the non-standard sentences collected, relative clauses with the following characteristics were particularly recurrent: (i) the occurrence of resumptive pronouns and lexical anaphors in relativized syntactic position, (ii) apparent violation of island constraints, (iii) absence of the preposition governing the relative pronoun, (iv) mapping of non argumental phrases in the syntax of the relatives, (v) use of *que* (that/which) rather than other forms such as *quem* (who), *quando* (when) and *onde* (where). In search of a syntactic structure capable of generating the non-standard relative clauses data collected, arises the assumption that what allows the realization of these phenomena in Brazilian Portuguese, considered a discourse oriented language, is the presence of a topic position internal to the relative sentence. This hypothesis will be investigated in light of the generative approach, by the logical-deductive mechanism. A study of the literature on the subject will be done, and the data collected will be analyzed in search of generalizations based on the previous studies.

**Keywords:** *relativization; topic; Case; preposition.*

# Sumário

Capítulo I – Problematização e Base Teórica.....	12
1.1 Questões de pesquisa .....	12
1.2 Objetivos.....	14
1.3 Hipótese .....	14
1.4 Quadro Teórico.....	15
1.4.1 Teoria dos Princípios e Parâmetros .....	15
1.4.2 A constituição do léxico: categorias lexicais e funcionais .....	17
1.4.3 Teoria do Caso .....	19
1.4.4 Teoria da Ligação.....	20
1.4.5 Princípio da Subjacência e restrições de Ilha .....	23
1.4.6 Tipologia das Relativas .....	24
1.4.7 Tipologia da posição de tópico.....	26
1.5 Metodologia.....	28
1.6 Estrutura do trabalho .....	28
Capítulo II – A oração relativa no português do Brasil: estudo prévios.....	30
2.1 Estudos prévios sobre a relativização no PB .....	30
2.1.1 Tarallo (1983) .....	30
2.1.2 Kato (1993).....	31
2.1.3 Kayne (1994) .....	35
2.1.4 Kato, Braga, Corrêa, Lopes Rossi, Sikansi (2002) .....	37
2.1.5 Kenedy (2002) .....	39
2.1.6 Kato (2008).....	44
2.1.6.1. Análise dos DPs em posição de tópico .....	48

2.1.6.1	Análise das perguntas qu- ligadas ao discurso.....	48
2.1.6.3	Análise das clivadas .....	49
2.1.6.4	Análise das relativas .....	50
2.1.7	Kato e Nunes (2009).....	51
2.1.7.1	Relativas padrão .....	52
2.1.7.2	Relativas não padrão com resumptivo .....	52
2.1.7.3	Relativas não padrão com resumptivo nulo .....	52
2.2.	Estudos sobre as categorias sintáticas associadas ao conteúdo informacional.....	53
2.2.1	Pontes (1987).....	53
2.2.2.	Negrão & Viotti (2000) .....	55
2.3.	Conclusões parciais .....	59
Capítulo III	– Ampliando a base de dados. A contribuição do presente estudo.....	61
3.1	Metodologia de coleta .....	61
3.2	A tipologia dos dados coletados e sua análise em termos dos estudos prévios .....	63
3.2.1	A questão da ausência de efeitos ilha.....	63
3.2.2.	Sintagma nominal pleno resumptivo.....	68
3.2.2	A relativização de oblíquos .....	71
3.2.3	Relativas cortadoras do tipo ‘tópico-sujeito’ .....	76
3.2.3.	Relativa cortadora e resumptiva a partir de sintagma nominal complexo .....	80
3.3	Conclusões parciais .....	83
Capítulo IV	– Considerações finais .....	85
Referências Bibliográficas.....		89

# Capítulo I – Problematização e Base Teórica

## 1.1 Questões de pesquisa

Este trabalho tem sua origem na observação de pronunciamentos de parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal, por um lado, e de líderes comunitários, cidadãos comuns, participantes em eventos promovidos na referida Casa Legislativa, por outro, o que se faz possível pela condição privilegiada desfrutada pela pesquisadora, que atua como funcionária no órgão citado, exercendo a função de taquígrafa. Na ampla gama de fenômenos relevantes para a pesquisa linguística, sobressaem-se as estruturas relativas, diante da ocorrência significativa de configurações não padrão.

De fato, diversos enunciados produzidos naquele contexto apresentam fenômenos que não correspondem à realização canônica das estruturas de relativização, o que se caracteriza pela manifestação de propriedades como (i) ocorrência de pronomes resumptivos e de anáfora lexical na posição sintática relativizada; (ii) aparente violação de restrições de ilha; (iii) ausência de preposição regente da categoria *que*; (iv) mapeamento de constituintes não argumentais na sintaxe da relativa (v) uso de *que* em detrimento de outras formas como *quem*, *quando* e *cujo*. Tais características têm sido atribuídas a mudanças no processo de licenciamento da categoria introdutora da oração relativa, as quais são consideradas características inovadoras do português do Brasil.

Os dados a seguir, colhidos desses pronunciamentos, ilustram alguns desses fatos linguísticos, que também são comuns em outras situações discursivas.

Em (1) e (2) percebe-se a presença de um pronome resumptivo que retoma o constituinte relativizado:

- (1) “Por isso, eu e a Deputada X, que você, aí sim, foi muito feliz parabenizando **ela** e a seu pai (...)”
- (2) “Trata-se de uma emenda dos trabalhadores da Defensoria Pública e que portanto vamos assiná-**la** também.”

O exemplo (3) envolve a retomada lexical na posição relativizada:

- (3) “Quem são os financiadores da campanha do Sr. X? Grandes instituições financeiras que, depois, indiretamente, acabamos de ter uma série de projetos que beneficiaram **aquelas instituições.**”

No exemplo (4), vemos uma aparente violação das restrições de ilha:

- (4) “Numa lista de [projetos]<sub>i</sub> que recebi [DP a incumbência do Governador de [IP buscar encaminhamento \*t/pro]<sub>i</sub>], ainda como Chefe da Casa Civil] (...)”

Em (5) e (6), observa-se a ausência da preposição regente do pronome relativo.

- (5) “Os problemas  $\emptyset$  que nos referimos, que a gente tem tantos (...)”  
(6) “O único item  $\emptyset$  que existe discordância e que há concordância em suprimi-lo é o item número 9.”

O exemplo (7) traz o uso de *que* em detrimento de *cujo* na relativização de um constituinte genitivo:

- (7) “(...) um hospital que não está funcionando nem 15% **dele** e que já recebeu 25 milhões.”

Muitos desses fenômenos têm sido amplamente discutidos na literatura gramatical, buscando-se caracterizar as condições estruturais e sociolinguísticas que permitem ou determinam sua manifestação (cf. MOLLICA, 1977; TARALLO, 1983; KATO, 1993; CORRÊA, 1998, entre muitos outros).

## 1.2 Objetivos

Nosso interesse é contribuir para essa discussão, ampliando sua base de dados e buscando na literatura uma estrutura capaz de gerá-los conforme encontrados na coleta, tendo em vista a hipótese de que os fatos observados envolvem mais do que a queda da preposição ou a retomada anafórica na posição sintática relativizada. Conforme sugerido em Kato (1993), tudo indica que o português do Brasil vernáculo apresenta variação nas orações relativas, com propriedades inovadoras em relação às aquelas das estruturas canônicas, o que sugere uma mudança no que se refere à posição sintática de extração do constituinte relativizado ou no próprio estatuto da categoria *que* nessas orações.

## 1.3 Hipótese

Este trabalho busca investigar a hipótese de que a mudança na sintaxe de relativização esteja relacionada à ativação de posições não argumentais (A') na periferia oracional, que codificam o conteúdo informacional, presente em Kato (2008). Essa abordagem é formulada a partir da observação de dados como (8) e (9).

(8) “∅ As emendas que a bancada da oposição apresentou, eu mesma me propus a ser signatária porque elas não alteram em nada o mérito do projeto.”

(9) “∅ Essa coisa de vaga fácil, eu sou radicalmente contrário.”

Observe-se que o constituinte em posição de tópico apresenta a possibilidade de realização sem a preposição regente exigida em posição argumental. Esse fenômeno pode ser analisado como um correlato das estruturas relativas cortadoras (cf. (5) e (6)). Como será demonstrado, o presente estudo apresenta dados adicionais, o que justifica a verificação da possibilidade de adotar a análise proposta em Kato (2008) e estudos correlatos.

## 1.4 Quadro Teórico

A presente discussão é formulada no quadro teórico da gramática gerativa, apresentada originalmente em Chomsky (1965), e desenvolvida na abordagem da Teoria dos Princípios e Parâmetros, em Chomsky (1986, 1995) e em estudos subsequentes.

### 1.4.1 Teoria dos Princípios e Parâmetros

Nessa abordagem, toda língua natural consiste de um sistema finito de elementos que se combinam para formar um número infinito de sentenças. Em sua natureza complexa, recursiva e independente de estímulo, a linguagem é exclusiva e inerente à espécie humana, ou seja, todos os seres humanos e somente eles nascem com a capacidade de aprender uma língua, desde que expostos a dados dessa língua durante os primeiros anos de vida.

A isso se acrescenta o fato de que a língua se desenvolve a partir de um *input* linguístico limitado, diante do resultado final, que corresponde à capacidade de usar um sistema complexo de signos, de forma eficiente, o que ocorre consistentemente nas diversas comunidades linguísticas do mundo. Diante dessa constatação, Noam Chomsky postula a existência de uma estrutura mental inata – a Faculdade de Linguagem –, comum a todos os seres humanos, responsável, quando ativada na interação social, pela aquisição de uma língua natural. Por hipótese, essa estrutura manifesta um estado mental inicial, designado Gramática Universal (GU), que se compõe de um conjunto de princípios, compartilhados por todas as línguas, e de um conjunto de parâmetros binários, cujos valores são fixados na aquisição, dando origem ao estado mental estável, que corresponde à gramática particular de uma dada língua.

O mecanismo inato que constitui a Gramática Universal é composto de três operações: *Merge* (concatenação), pela qual um termo se combina com outro para formar um sintagma; *Move* (Movimento), que resulta na mudança de posição de um elemento da sentença; e *Agree* (Concordância), que corresponde à combinação de termos com traços complementares. Essas operações agem nos termos que se localizam nas diversas posições sintáticas que compõem uma sentença.

Essas posições dividem-se em posições argumentais (A), que organizam os sintagmas em torno da estrutura argumental de um verbo e dos adjuntos, e posições não-argumentais (A'), notadamente a posição de tópico (TOP) e a de deslocamento à esquerda (LD), que representam os constituintes em “anacoluto”, fora da estrutura argumental do verbo e de seus adjuntos. Os termos em itálico dos exemplos em (8) e (9), reescritos como (10) e (11), a seguir estão em posições A'.

(10) “*As emendas que a bancada da oposição apresentou*, eu mesma me propus a ser signatária porque elas não alteram em nada o mérito do projeto.”

(11) “*Essa coisa de vaga fácil*, eu sou radicalmente contrário .”

As operações sintáticas sobre a estrutura oracional e as posições sintáticas são parte dos princípios invariáveis da Gramática Universal. Dessa forma, a variação entre as línguas é limitada e determinada pelas opções paramétricas dadas pela GU. Por exemplo, os referidos princípios estabelecem que um verbo (V) se combina com o seu objeto (O) pela operação *Merge*. Cabe ao falante em processo de aquisição determinar, a partir da experiência com a língua a que é exposto, a ordem linear dessa concatenação, o que é detectado no *input* linguístico. Assim se faz uma opção paramétrica entre a ordem VO e a ordem OV, e as línguas variam nesse aspecto.

Também a mudança linguística pode ser explicada em termos da fixação das opções paramétricas no processo de aquisição de língua. Nesse sentido, as línguas mudam dentro das possibilidades oferecidas pelos parâmetros da Gramática Universal. Num processo conhecido como “reanálise” (ROBERTS, 2007), quando há ambiguidade em determinada estrutura, uma geração interpreta os dados que lhe são fornecidos como resultado de uma estrutura diferente, geralmente mais simples, daquela que é dada pela interpretação que a geração anterior fez, seja na fonologia, seja na morfologia, seja na sintaxe. Assim, uma opção paramétrica é marcada de forma distinta, e uma nova Gramática internalizada é formada pela nova geração.

É possível que a variação encontrada nas estruturas de relativização do português do Brasil (cf. CORREA, 1998) seja resultado de um processo de reanálise em andamento com possibilidade de reinterpretção do *input* e mudança paramétrica na



gramática da língua. A ambiguidade estrutural apresentada nas relativas de objeto direto, a ser apresentada nos exemplos (10) e (11) do capítulo 2 deste trabalho poderia ser considerada a origem dessa reinterpretação.

#### **1.4.2 A constituição do léxico: categorias lexicais e funcionais**

A teoria gerativa define o léxico como o inventário de palavras de uma língua, distinguindo categorias lexicais, palavras com conteúdo semântico, e categorias funcionais, palavras gramaticais. A descrição dessa oposição existe desde Aristóteles e, na teoria linguística, sempre esteve presente, mas foi em Chomsky (1986) que foi consolidada, ao ser postulado o nível funcional da sentença e a distinção entre preposições lexicais e funcionais.

A classe das categorias lexicais é aberta, ou seja, pode receber novos itens. As palavras que compõem essas categorias possuem conteúdo semântico, com uma referência no mundo extralinguístico, propriedades fonéticas (diretrizes de pronúncia) e informação sintática relevante, do tipo “verbo bivalente”. Trata-se das classes Nome (N), Adjetivo (A), Verbo (V) e Preposição (P). Os advérbios são considerados uma variante dos adjetivos<sup>1</sup>.

A informação sintática de cada categoria lexical pode ser descrita por um conjunto de traços distintivos relacionados a suas propriedades nominais e verbais: [+/- N] e [+/- V]. Assim, os Verbos são [+V, -N], os Adjetivos são marcados como [+N,+V], os Nomes, [+N, -V], e as Preposições são consideradas [-N, -V].

Ao contrário das categorias lexicais, as categorias funcionais não são descritas por um conjunto de traços distintivos. É uma classe fechada, limitada, que dificilmente recebe novos itens. As categorias funcionais são realizadas por palavras que têm uma existência gramatical, caracterizando-se por não descrever o mundo extralinguístico e por não manifestar propriedades de seleção argumental. Essas palavras apresentam a informação fonológica (geralmente de fraca pronúncia) e a informação sintática, do tipo “introduz oração finita” (seleção de constituinte). Compreendidas nesta classe estão as

---

<sup>1</sup> Agradeço as observações da Prof<sup>a</sup> Enilde Faulstich pela discussão acerca da relação entre os traços formais e a tipologia das classes de palavras, principalmente em relação às possibilidades de alinhamento dos advérbios.

categorias Determinante (D), Complementador (C), Tempo (T), Flexão (I), as quais mantêm relação com as categorias lexicais: D com N, T com V, (mas não necessariamente, como é o caso de C).

A classe das preposições é apresentada como categoria lexical por possuir conteúdo semântico (companhia, ausência, lugar, origem, direção, etc.) e selecionar semanticamente seus complementos, enfim, por ser capaz de construir uma predicação como em *Pedro foi à festa com Maria*, em que é a inserção da preposição, e não a estrutura argumental do verbo, que garante o mapeamento do papel temático de companhia, representado no sintagma *Maria*, na estrutura da sentença.

No entanto, pode-se argumentar que se trata de uma classe fechada, já que novas preposições não são formadas nas línguas em uma dada sincronia, além de que é uma classe composta de itens com comportamentos distintos no que diz respeito a seu caráter lexical ou funcional. De fato, nem todas as preposições podem ter seu conteúdo semântico descrito extralinguisticamente em todos os contextos. Nem sempre as preposições selecionam semanticamente seus argumentos. Muitas vezes, elas apenas introduzem sintaticamente o argumento selecionado por um Nome ou por um Verbo, assumindo, por hipótese, a propriedade de realização de Caso, como nos exemplos abaixo:

- (12) A construção da casa levou anos.
- (13) O avião chegou ao Rio ontem.
- (14) João deu flores à professora.
- (15) Distribuíram doces entre as crianças.
- (16) Insistiu na ideia da viagem.

As preposições que se comportam dessa maneira, como marcadoras de Caso e não predicadoras, estão mais bem descritas como pertencentes à classe das categorias funcionais. Como a distribuição entre as categorias lexicais e as categorias funcionais é um aspecto fundamental, a indefinição do alinhamento da classe das preposições traz à discussão a possibilidade de tratar-se de duas classes e não somente uma: a das verdadeiras preposições (lexicais) e a dos marcadores de Caso (funcionais).

A distinção entre preposições lexicais e preposições funcionais será retomada ao longo deste trabalho, pois constitui aspecto relevante na análise da estrutura das orações relativas não padrão do PB.

### **1.4.3 Teoria do Caso**

Um dos módulos da Gramática Universal é a Teoria do Caso, que define como os papéis temáticos (papéis  $\theta$ ), as funções semânticas (agente, paciente, beneficiário, possuidor, etc.), são mapeados nas posições sintáticas (sujeito, objeto direto, adjunto, etc.). A Teoria do Caso é baseada no princípio tradicional de que todos os DPs precisam ter sua função marcada na sentença. Essa marcação existe em todas as línguas, mas apenas uma parte delas é como o latim, que marca morfologicamente o Caso dos seus DPs. Isso significa que o caso morfológico, um tipo de flexão nominal, é um parâmetro, enquanto o Caso abstrato, a marcação sintática das funções dos DPs, é um princípio. Nas línguas românicas, e mais especificamente no português do Brasil, existe morfologia de caso apenas na categoria dos pronomes. É o caso que diferencia as formas “eu” (Nominativo), “me” (Acusativo/Dativo), “mim” (Ablativo, regido por preposição), “meu” (Genitivo).

Os princípios mais importantes desse módulo da Gramática Universal são o Princípio de Projeção e o Critério  $\theta$ . Pelo Princípio de Projeção, todo papel- $\theta$  precisa realizar-se por um argumento numa função sintática em todas as etapas da derivação. Pelo Critério  $\theta$ , um papel  $\theta$  é atribuído a uma e somente uma função sintática. A composição desses dois princípios significa que cada papel temático corresponde exatamente um argumento na sintaxe. Portanto, pela teoria do Caso, um DP é agramatical se é realizado fonologicamente e não ocorre em um contexto de atribuição de Caso.

Na abordagem da teoria da regência e ligação, o Caso é atribuído a um DP em contextos de regência e concordância. O Caso Acusativo, por exemplo, é atribuído por um verbo a seu complemento por regência, enquanto o Caso Dativo é atribuído por uma preposição regente. O Caso Nominativo é atribuído numa relação de concordância com a categoria I, e o Ablativo é atribuído pela regência de uma preposição que seleciona seu complemento. Tal concepção de marcação de Caso recebe formulação distinta na

abordagem minimalista (Chomsky 1995, e obras subsequentes), sendo estabelecida uma relação de checagem de traços formais associados às categorias relevantes.

Em alguns casos, que serão apresentados nos capítulos seguintes, o Caso pode ser atribuído de maneira excepcional, sem a realização fonética do atribuidor, como no contexto de Caso *default* em posições não-argumentais.

#### 1.4.4 Teoria da Ligação

Outro aspecto da gramática importante para as questões discutidas neste trabalho é a Teoria da Ligação, que define como as relações de correferência entre categorias se realizam na sintaxe. A categoria que tradicionalmente é descrita como capaz de referir-se a outras são os pronomes, e a Teoria da Ligação os divide em duas classes: anáforas e pronomes.

As anáforas incluem os reflexivos e recíprocos. Elas precisam ter um antecedente ligado a si. Isso significa que este antecedente precisa c-comandar a anáfora e estar coindexado a ela (cf. (18)). Os pronomes podem ou não ter antecedente. Sem antecedente, o pronome tem sua referência construída contextualmente. Se o pronome tiver um antecedente, ambos estarão coindexados, mas não é necessário haver uma relação de c-comando entre eles (cf. (17)).

A Teoria da Ligação é composta por três princípios que descrevem as restrições de mapeamento sintático dessas relações de ligação com base no conceito de domínio de ligação. O domínio de ligação de uma categoria  $\alpha$  é definido como o menor XP que contenha essa categoria e (i) um sujeito distinto de  $\alpha$  que não contenha  $\alpha$  ou (ii) um I que atribua Caso Nominativo a  $\alpha$ , ou seja, se  $\alpha$  tiver Caso Nominativo, seu domínio de ligação estará restrito a si mesmo; se  $\alpha$  não tiver Caso Nominativo, seu domínio de ligação será o domínio sintático constituído de  $\alpha$  e do sujeito imediatamente acima de  $\alpha$  na hierarquia da sentença.

Pelo Princípio A, uma anáfora precisa ser ligada no seu domínio de ligação. Na prática, disso resulta que a intervenção de um sujeito ou do núcleo de uma oração finita entre a anáfora e seu antecedente gera agramaticalidade. O Princípio B afirma que os pronomes precisam ser ligados fora de seu domínio de ligação. A oposição dos princípios A e B caracteriza a distribuição complementar existente entre anáforas e

pronomes, como se pode observar nos dados abaixo, adaptados de Roberts, 1997, p. 129:

(17) [Mick and Keith]<sub>i</sub> said they<sub>i</sub>/\*themselves<sub>i</sub> are the best.

(18) [Mick and Keith]<sub>i</sub> believe \*them<sub>i</sub>/themselves<sub>i</sub> to be the best.

Em (17), a anáfora *themselves* não pode ocupar uma posição sintática em que seu antecedente esteja fora de seu domínio de ligação. Essa posição deve ser ocupada, portanto, pelo pronome *they*. Da mesma forma, em (18), o pronome *them* não pode ocupar uma posição sintática no mesmo domínio de ligação de seu referente *Mick and Keith*. Essa posição é reservada à anáfora *themselves*.

Definida a distribuição complementar entre pronomes e anáforas, resta à Teoria da Ligação definir o comportamento das expressões-R ou referenciais. As expressões-R são DPs livres, não pronominais e não anafóricos, ou seja, DPs que têm um substantivo como núcleo e não dependem de um antecedente para preencher seu significado, que possuem seu próprio conteúdo semântico. São exemplos de expressões-R: *meu pé, a casa do João, um computador, Marília etc.* Nas palavras de Roberts (1997: 140):

*“This class includes all non-pronominal, non-anaphoric DPs. In other words, it includes the great mass of DPs that do not require antecedents of any type, that do not ‘stand for’ something else, but which have their own semantic content. We might think of such DPs as ‘semantically complete’, in the sense that they do not require further elucidation from other linguistic material or from context for their basic descriptive content to be clear. So we’re talking about DPs like my dog, the King of France’s toupee, John, asteroid, a pizza, lots of pasta and so on. Because such DPs have their own descriptive content, they’re known as referring expressions or R-expressions (...)”.*

Pelo Princípio C, as expressões-R precisam ser livres, não podem ser ligadas na sintaxe, nem onde as anáforas são ligadas nem onde os pronomes são ligados. Observemos o contraste abaixo, adaptados de Roberts, 1997, p. 141:

(19) [Mick and Keith]<sub>i</sub> said \*[Mick and Keith]<sub>i</sub>/they<sub>i</sub> are the best.

(20) [Mick and Keith]<sub>i</sub> believe \*[Mick and Keith]<sub>i</sub>/themselves<sub>i</sub> to be the best.

A expressão-R *Mick and Keith* não pode estar ligada na sintaxe, ou seja, não pode ser c-comandada por um antecedente. Na posição sintática em que isso ocorre, é forçoso o uso da anáfora ou do pronome, de acordo com a configuração do domínio de ligação, conforme explicitado anteriormente.

A Teoria da Ligação nos esclarece ainda acerca do comportamento das categorias vazias. São elas: a categoria pronominal nula PRO, o vestígio de movimento do DP (t), e o vestígio de movimento *wh*, e a categoria pronominal nula *pro*. O PRO tem uma função gramatical específica: é o sujeito dos verbos no infinitivo. Não possui Caso porque a categoria funcional (I) associada ao infinitivo é incapaz de atribuir Caso Nominativo. Seu conteúdo referencial é construído por controle do sujeito ou do objeto da oração imediatamente anterior.

O vestígio do movimento do DP (*DP-trace*) é a categoria deixada na posição de origem quando o DP sofre movimento na busca de licenciamento. Seu conteúdo semântico é definido pelo DP movido. Disso decorre que o vestígio está sempre coindexado ao DP correspondente. Como o DP sempre se move para uma posição que o c-comanda no especificador do núcleo funcional mais próximo possível, ou seja, dentro de seu domínio de ligação, podemos dizer que o vestígio é ligado ao DP com comportamento similar ao das anáforas. Em termos minimalistas, a categoria *vestigio* é substituída pela hipótese de que o movimento consiste na cópia do elemento movido na posição relevante, com apagamento da cópia mais baixa na forma fonética.

O vestígio do movimento *wh/qu* (*wh-trace*) possui muitas das características do vestígio do movimento de DP. É uma categoria deixada quando um sintagma do tipo *wh/qu* é movido. Assim, o vestígio *wh/qu* e o sintagma movido são coindexados. Esse movimento atribui à sentença características *wh/qu* e ocorre sempre para a posição de

especificador de um CP que c-comanda a posição de origem. Portanto, o sintagma não se move para a posição mais próxima possível e obedece ao Princípio C da Teoria da Ligação, juntamente com as expressões-R. Em termos minimalistas, postula-se, igualmente, que o sintagma movido é copiado na posição relevante.

Assim, *pro* é a categoria vazia que representa os pronomes nulos e ocupa, por exemplo, a posição de sujeito em línguas de sujeito nulo e a posição de objeto em línguas de objeto nulo. A evidência para sua existência está na simples oposição paramétrica entre línguas em que o sujeito pode ser omitido, como o italiano em *Parlo italiano*, e línguas em que o sujeito é obrigatório, como o inglês em *\*(I) speak English*. No que diz respeito à Teoria da Ligação, *pro* submete-se ao Princípio B, exatamente como os pronomes abertos, já que a única diferença entre estes e o *pro* é a realização fonológica.

A distinção entre as categorias vazias será importante na discussão do estatuto da lacuna deixada na oração relativa em diversas análises: os vestígios indicam movimento de categoria, DP ou *Wh*, enquanto *pro* indica ausência de movimento.

#### 1.4.5 Princípio da Subjacência e restrições de Ilha

Pelo Princípio da Subjacência, cada etapa do movimento de uma categoria não pode ultrapassar mais de uma categoria bloqueadora. São consideradas categorias bloqueadoras no PB o IP e o DP<sup>2</sup>. Vários tipos de restrições a movimentos decorrem desse princípio. Para o nosso trabalho, importam as restrições de ilha, que descrevem contextos sintáticos que impedem o movimento, especialmente a restrição do NP complexo.

Pela restrição do NP Complexo (*Complex NP Constraint*), nenhum elemento contido numa sentença dominada por um sintagma nominal pode ser movido para fora

---

<sup>2</sup> A noção de *categoria bloqueadora* assume diferentes formulações, dependendo da abordagem adotada. No modelo da Regência e Ligação (Chomsky 1981, 1986), a categoria bloqueadora é identificada a priori, havendo variação paramétrica em relação a que projeções apresentam esse efeito. No quadro minimalista (Chomsky 1995), a noção é associada à presença de traços formais associados a determinados núcleos sintáticos, que produzem efeito de interveniência na relação entre duas posições (ou mais) por movimento. Os detalhes de cada abordagem não serão aprofundados no presente estudo, ficando a discussão restrita à constatação de que existem os efeitos de ilha, associados a certas configurações sintáticas.

desse sintagma nominal, pois esse movimento ultrapassaria um IP e um DP. Esses contextos incluem as orações relativas (20) e as orações completivas nominais (21):

(21) \*Which band<sub>i</sub> did you write [DP a song [CP which [IP was about t<sub>i</sub>]]?

(22) \*Which band<sub>i</sub> did you believe [DP the claim [CP that [IP we had seen t<sub>i</sub>]]?

(ROBERTS, 1997: 187)

A agramaticalidade que decorre dessa violação é chamada de efeito de ilha (cf. ROBERTS, 1997: 186 – 196). Alguns dados gramaticais descritos neste trabalho aparentemente apresentam configurações sintáticas que gerariam esse efeito, o que demanda investigação sobre a estrutura que possuem na realidade. Essa discussão será detalhada no Capítulo 3.

#### 1.4.6 Tipologia das Relativas

As orações relativas são caracterizadas pela presença de pronome relativo e pelo compartilhamento de um termo com a oração matriz. São chamadas “orações subordinadas adjetivas” pela gramática tradicional porque, assim como o adjetivo, modificam um DP. Elas se distinguem entre: relativas restritivas e apositivas, relativas livres e com antecedente, relativas padrão e não padrão.

As orações relativas restritivas (23) funcionam como um modificador restritivo de um nome selecionado na oração raiz, enquanto as relativas apositivas (24), grafadas entre vírgulas, funcionam como um modificador explicativo:

(23) Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem.

(24) Os 24 Parlamentares, que são favoráveis ao projeto, compareceram à reunião.



Ambos os exemplos são também relativas com antecedente, porque o pronome relativo retoma um constituinte da oração matriz.

Há também as relativas livres<sup>3</sup> como (25) e (26), em que o mesmo pronome realiza uma função sintática tanto na oração matriz como na relativa:

(25) Ninguém sabe quando acabará a sessão de hoje.

(26) Preciso anotar o nome de quem está falando.

É importante também descrever a oposição entre relativas padrão e relativas não padrão, em variação no PB. A relativa padrão é caracterizada pela presença de uma lacuna e pela atribuição ao pronome relativo de Caso correspondente a sua posição dentro da oração encaixada, como em (27) e (28). A relativa não padrão caracteriza-se pela ausência dessa lacuna e/ou de um atribuidor do referido Caso ao pronome relativo, como em (29) e (30):

(27) A Emenda que eu destaquei  $\emptyset$  traz prejuízo à população.

(28) O projeto a que fui contrário  $\emptyset$  foi sancionado.

(29) A reunião<sub>i</sub>  $\emptyset$  que nenhum Deputado compareceu  $\emptyset_i$ /a ela<sub>i</sub> foi adiada.

(30) A moção que vamos assiná-la parabeniza os atletas.

Neste trabalho e no *corpus* que lhe serviu de ponto de partida, estão focadas as relativas restritivas não padrão com antecedente, como (29) e (30).

---

<sup>3</sup> Um estudo detalhado das relativas livres no PB é realizado em Medeiros Júnior (2005).

### 1.4.7 Tipologia da posição de tópico

O tópico é o constituinte que carrega informação disponível no discurso (informação dada). O tópico é marcado quando não coincide com o sujeito da oração e ocupa uma posição não argumental e geralmente inicial na sentença. Assim passa a definir uma posição específica na sintaxe, e não apenas um conceito discursivo. O constituinte em posição de tópico precisa ser definido e é destacado da oração por pausa.

Duarte (2003) identifica cinco tipos de tópico para o português europeu, enquanto Moura (2007) faz o mesmo em um estudo do português brasileiro. Neste trabalho, essa tipologia será descrita em termos da relação sintática entre o tópico e a sentença: o Tópico Pendente (TOP), o deslocamento à esquerda de tópico pendente (Left Dislocation/LD), o deslocamento à esquerda de clítico (Clitic Left Dislocation/CLLD)<sup>4</sup>, a Topicalização e a Topicalização Selvagem.

O Tópico Pendente, que pode ser DP ou PP, caracteriza-se por não apresentar relação sintática com o comentário, que é uma sentença completa, como no exemplo (31):

(31) (Quanto a) A democracia nas escolas, nós lutamos anos para  
eleger os diretores.

O Deslocamento à esquerda de tópico pendente (LD) caracteriza-se pela presença de um pronome-cópia coindexado ao tópico no comentário, como em (32). Segundo Vasco (1999, *apud* MOURA, 2007)), essa posição também pode ser ocupada um sintagma nominal (SN) idêntico ou não ao tópico (33):

(32) Esse problema, muita gente tem interesse nele.

(33) Esse problema, muita gente tem interesse nesse assunto.

---

<sup>4</sup> Construção caracterizada pela alta dependência sintática entre o clítico deslocado à esquerda e o comentário, a qual não será detalhada neste trabalho por ser típica do PE e atípica do PB

A Topicalização é uma construção em que uma categoria vazia ocupa, no comentário, a posição sintática em correferência ao tópico, com mesmo Caso e papel temático:

(34) Desse tipo de pessoa, nós não precisamos  $\emptyset$  mais.

Topicalização selvagem é a designação que se dá à Topicalização em que um DP ocupa o lugar de um PP na posição de tópico:

(35) Esse projeto, eu sou contrário  $\emptyset$ .

Para Duarte (2003), no PE, essas construções são gramaticais apenas quando a preposição é marcadora de Caso, mas o PB aceita topicalização selvagem de oblíquos (essa questão será retomada adiante).

Orsini (2005, *apud* MOURA, 2007) descreve ainda as construções de tópico-sujeito, em que, de acordo com Pontes (1987), o tópico é reanalisado como sujeito e entra em relação de concordância com o verbo:

(36) O hospital não vai fechar a maternidade.

(37) Os hospitais vão fechar a maternidade.

(38) \*O relógio estragaram os ponteiros<sup>5</sup>

Relevante também para a discussão aqui proposta é a existência de advérbios nus: PPs adverbiais realizados como DPs na periferia esquerda da oração:

(39) Aquele dia, fomos à secretaria

---

<sup>5</sup> Agradeço a Prof<sup>a</sup> Ilza Ribeiro pela sugestão do dado como forma de representação da concordância entre tópico-sujeito e verbo.

Para Larson (1985, *apud* MOURA, 2007), alguns nomes possuem um traço semântico [+F] (F = modo, tempo, lugar), capaz, pelas propriedades de seus núcleos, de atribuir Caso oblíquo aos sintagmas a que pertencem. Essa é uma forma de analisar a atribuição de Caso nos advérbios nus.

De acordo com Kato (1991, *apud* MOURA, 2007), construções de tópico, deslocamento à esquerda e adjuntos na periferia esquerda da oração devem receber tratamento único. Apresentam opcionalidade de preposição e possibilidade de atribuição excepcional de Caso por um núcleo nulo.

## **1.5 Metodologia**

A metodologia a ser utilizada nesta pesquisa segue o mecanismo lógico-dedutivo, característico da abordagem gerativista. Dessa forma, os dados são examinados na busca pela formulação de generalizações que possam vincular os fatos à hipótese da existência da Gramática Universal e relacioná-los aos pressupostos da Teoria Gerativa.

O *corpus* que serve de base para esta análise é formado por dados reais produzidos por parlamentares, líderes comunitários e convidados durante sessões, reuniões, seminários e audiências públicas promovidos pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e coletados durante o processo de produção das notas taquigráficas. Trata-se de situações de fala espontânea em contexto formal.

Os dados serão analisados como passíveis de produção em outras situações discursivas, já que o foco da pesquisa estará em seu aspecto sintático.

## **1.6 Estrutura do trabalho**

No capítulo II, apresentamos estudos prévios sobre questões como a estrutura da relativização das línguas em geral, as análises propostas para as inovações encontradas no português do Brasil em relação às estruturas relativas e os mecanismos disponíveis para a descrição das categorias não-argumentais. O capítulo III apresenta, caracteriza e sistematiza os dados coletados na pesquisa e o próprio processo de coleta, passando à descrição e discussão de alguns aspectos para sua análise com base nas propostas

apresentadas no capítulo II. No capítulo IV, são apresentadas as considerações finais, com as conclusões a que a pesquisa leva e os rumos que pode tomar diante das questões remanescentes.

Nossa expectativa é que o estudo do funcionamento das orações relativas no português do Brasil possa trazer luz para a pesquisa sobre o processo de relativização e o funcionamento das categorias que expressam o conteúdo informacional das línguas em geral, contribuindo para a caracterização dos princípios e dos parâmetros que se supõe constituírem a estrutura da Gramática Universal.

## **Capítulo II –**

# **A oração relativa no português do Brasil: estudos prévios**

Na investigação dos fenômenos apresentados no capítulo I, partimos de diversos estudos anteriores que tratam do processo de relativização, das inovações nas relativas do português do Brasil e de questões sobre posições não-argumentais nesta língua. Passamos a sintetizar a contribuição desses estudos, buscando extrair fundamentos para a análise da estrutura dos dados encontrados na pesquisa.

### **2.1 Estudos prévios sobre a relativização no PB**

Em primeiro lugar, discutimos estudos prévios em que se propõem análises para as estratégias de relativização nas línguas em geral e para as estruturas relativas do português do Brasil, as quais, em alguns casos, são associadas a propriedades inovadoras encontradas nessa língua.

#### **2.1.1 Tarallo (1983)**

Tarallo identifica três tipos de estratégias de relativização no português do Brasil: (i) a relativa com o pronome relativo regido de preposição (1); (ii) a relativa com o pronome resumptivo<sup>6</sup> (2); (iii) e a relativa cortadora (3), uma inovação do português do Brasil, a partir de meados do século XIX:

---

<sup>6</sup> Tarallo considera a relativa resumptiva como estratégia de último recurso em outras línguas. Ilza Ribeiro (c. p.) chama atenção para o fato de que, em muitas línguas, a estratégia resumptiva é obrigatória na relativização.

- (1) A moça com *quem* falei ontem está aqui.
- (2) A moça *que* eu falei com ela ontem está aqui.
- (3) A moça *que* eu falei ontem está aqui.

(KATO, 1993, p. 223)

O autor analisa o item *quem* de (1) como um pronome relativo (+*wh*) que sofre movimento *wh/qu*, com adjunção do CP da oração relativa ao DP da oração matriz, conforme Chomsky (1977). O item *que* de (2) e (3) é analisado como um complementador idêntico ao das orações subordinadas integrantes (-*wh*), com a posição relativizada ligada a um pronome lexical ou nulo. A relativa cortadora é considerada o resultado de uma elipse na relativa resumptiva, autorizada pela possibilidade de haver objeto nulo no português do Brasil.

Dessa forma, as relativas padrão seriam derivadas por movimento *wh* e as relativas não padrão do PB seriam derivadas sem movimento, uma vez que o complementador *que* não possui o traço +*wh*.

Para apoiar sua proposta, o autor afirma que as duas evidências para a presença de movimento nas relativas, a presença de lacuna e o efeito de ilha, não são encontradas nas relativas não padrão do PB. A ausência de lacuna pode ser observada em (2) e a ausência de efeito de ilha será discutida na próxima seção.

### 2.1.2 Kato (1993)

Diferentemente, para Kato (1993), o item *que* é pronome relativo nos três processos de relativização descritos por Tarallo, mas a descrição da estrutura também é baseada na adjunção de um CP (a oração relativa) ao DP da oração matriz. Como evidência para essa afirmação, a autora apresenta dados da relativa resumptiva no Romance Antigo, em que um pronome relativo era marcado morfologicamente para caso, distinguindo-se claramente do complementador. O uso de *quem* e *el* na mesma oração comprovam que o pronome relativo pode aparecer com um pronome resumptivo:

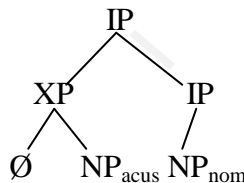
(4) “Homem QUEM ego beneficum EL feci.” (Formulae Merowiginci et Karolini aevi, *apud* Kato, op. cit., p. 232.).

(5) De Grimaldo, QUEM EL sustulisti sua uxore. (Formulae Senonenses, *apud* Kato, op. cit., p. 232.).

A análise de Kato define a predicação como uma relação ente duas projeções máximas, e não entre Spec e núcleo. As construções de tópico seriam miniorações cujo predicado é uma maxioração, um IP – ou seja, a relação de predicação entre tópico e IP não seria projetada por um núcleo funcional. O português, como língua de Tópico, de acordo com o estudo de Eunice Pontes (1987) (a ser apresentado na seção seguinte), traz essa relação de predicação com c-comando mútuo tanto na oração raiz quanto na oração subordinada. Essa relação pode ser observada na figura 1, em que XP e o IP mais baixo são dominados pela mesma projeção máxima. Nenhuma das duas posições domina a outra, mas ambas são dominadas pelas mesmas projeções máximas, e, assim, uma c-comanda a outra.

Nessa abordagem, o sintagma nominal (NP) na posição de tópico (LD) não tem Caso. Kato propõe que LD seja bifurcado em  $X^0$  + NP, com  $X^0$  identificado como expressões introdutoras de uma relação “sobre”, como: *sobre, quanto a, falando de*, ou um núcleo nulo que atribua a NP um papel *theta default* semelhante ao que essas expressões atribuiriam, e o Caso acusativo. A estrutura dessa predicação encontra-se ilustrada na figura 1.

Fig. 1 – Estrutura de mini/maxioração (KATO, 1993, p. 251)



Com base nessa relação de predicação supostamente presente tanto nas orações matrizes quanto nas orações subordinadas, Kato apresenta a estrutura das relativas em (1), (2) e (3) nas figuras 2 e 3.



Fig.2 - A estrutura de (1). (Idem, p. 228)

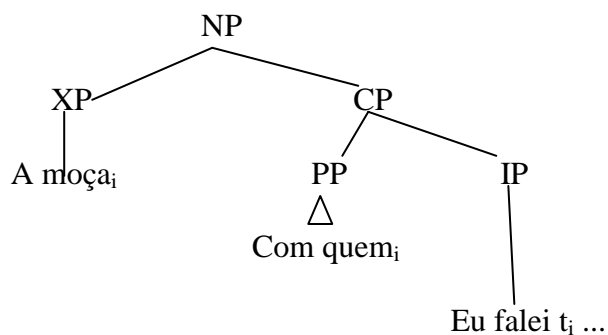
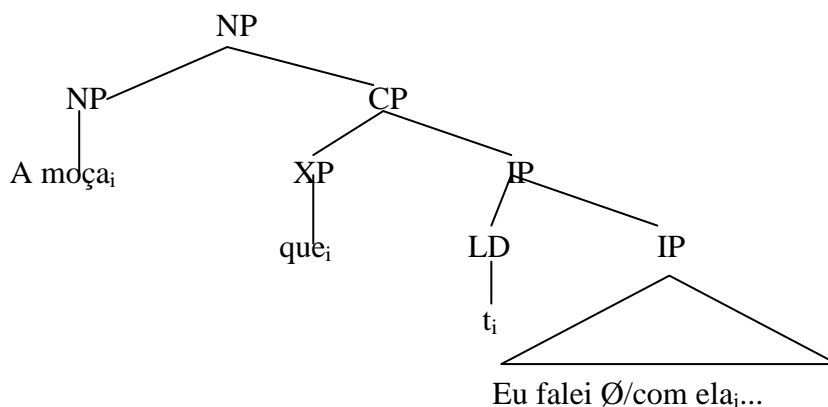


Fig. 3 – A estrutura de (2) e (3). (Idem, Ibidem.)



A relativização a partir da posição LD permite coindexação com qualquer posição da sentença, inclusive em contextos sintáticos que usualmente se constituem como ilhas (cf. Capítulo 1), e por isso abre mais possibilidades de relativização e tem menor custo derivacional do que a derivação padrão, conforme ilustrado em (6) e (7).

(6) \*[A moça<sub>i</sub> [CP com quem<sub>i</sub> eu penso [CP que o moço [CP que falou t<sub>i</sub>] esteve ontem aqui]]]]

(7) [A moça<sub>i</sub> [CP que<sub>i</sub> [LD t<sub>i</sub> [eu penso [CP que o moço [CP que falou com ela<sub>i</sub>]] esteve ontem aqui]]]]

Na análise de Kato, o uso cada vez maior de estratégias de relativização a partir da posição LD no português do Brasil, relacionada a um enfraquecimento do caso

morfológico<sup>7</sup>, autoriza o aumento do uso da relativa resumptiva<sup>8</sup> e o surgimento da relativa cortadora.

A estrutura da relativa padrão é representada em (8). O aspecto inovador da gramática do PB é a possibilidade de ligação do operador relativo Q em C a uma posição que se encontra em adjunção ao IP. Esta seria uma ligação não canônica e poderia ocorrer em relação à posição de deslocamento à esquerda (LD), ou à posição de tópico, posições em que o Caso pode ser atribuído por uma expressão nula do tipo *sobre, quanto a*, dispensando a preposição. Essa ligação ocorreria tanto na relativa resumptiva como na relativa cortadora, cuja estrutura está ilustrada em (9). A diferença entre as duas, por hipótese, é que a cortadora apresenta o apagamento da expressão-R na subordinada, representado por Ø.

(8) A moça [<sub>CP</sub> com quem<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> eu falei [<sub>PP</sub> t<sub>i</sub>] ontem]]

(9) A moça [<sub>CP</sub> que<sub>i</sub> [[<sub>LD</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>IP</sub> eu falei Ø/com ela<sub>i</sub> ontem]]

Dessa forma, a relativização de DPs teria uma estrutura ambígua, já que a preposição estaria ausente tanto na relativização a partir do IP quanto na relativização a partir de LD. A ambiguidade da estrutura sintática está representada abaixo<sup>9</sup>:

---

<sup>7</sup> “Da mesma forma que, no latim vulgar, o enfraquecimento do sistema de marcação morfológica de caso no português do Brasil pode estar levando a um uso cada vez maior da estratégia de relativização a partir de LD, isto é, a que produz a forma resumptiva, ou, inversamente, o uso produtivo de LD seria a causa do desuso de formas marcadas com caso morfológico como *cujo, dos quais, com as quais, etc.* no sistema das relativas. O desuso dos clíticos *lo/la* no sistema de pronomes pessoais (Kato e Tarallo, 1987) e a perda das relativas flexionadas com caso seriam aspectos superficiais diversos de uma mesma propriedade: o enfraquecimento do caso morfológico.” (KATO, 1993, p. 232-233)

<sup>8</sup> É relevante o fato de que as resumptivas têm frequência baixa no PB embora sejam associadas frequentemente a gramática inovadora. Como será demonstrado, o PB manifesta a relativa com resumptivo lexical como alternativa à resumptiva pronominal. Agradeço o comentário da Prof<sup>a</sup> Ilza ribeiro (c. p.) nesse sentido.

<sup>9</sup> Na reformulação da abordagem de Kato (1993), Kato e Nunes (2007) substituem a categoria vazia na posição relativizada de uma sentença relativa não canônica por um *pro*. Com a hipótese de perda de marcação positiva do parâmetro do sujeito nulo e a possibilidade de objeto nulo no PB, os autores deixam de considerar ambígua a estrutura de relativização do DP em posição de sujeito e passam a considerar que a única ambiguidade estrutural das relativas reside na relativização do DP objeto, que, partindo de uma posição interna ao IP ou de LD, apresenta o mesmo *output*.

(10) [DP O menino] [CP que<sub>i</sub> [IP eu vi t<sub>i</sub>]]...

(11) b. [DP O menino] [CP que<sub>i</sub> [LD t<sub>i</sub>][IP eu vi Ø]]...

A hipótese é que o uso cada vez maior da posição LD no português do Brasil, constatado em Pontes (1987), explica o aumento de estratégias de relativização a partir dessa posição, com implicações para o surgimento da relativa resumptiva e da relativa cortadora.

Os exemplos (4) e (5) de flexão de caso no latim são usados para comprovar que o pronome *que* das relativas não-padrão é pronome relativo. Eles de fato apoiam a hipótese, mas, para testá-la, seria interessante buscar uma evidência sincrônica no Português do Brasil, já que aparentemente nada impediria a reanálise do pronome relativo do Romance Antigo, em que a construção resumptiva era marginal, como um complementador no português do Brasil contemporâneo.

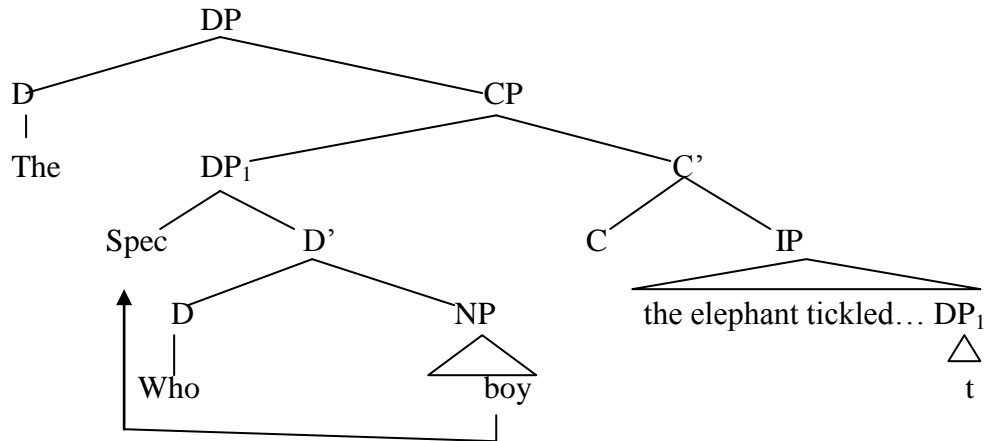
### 2.1.3 Kayne (1994)

Com a formulação do LCA (Axioma da Correspondência Linear), segundo o qual a posição à direita está reservada à complementação, e a adjunção só pode ocorrer à esquerda, torna-se necessária uma nova proposta para a análise das estruturas relativas, já que as análises tradicionais eram baseadas na adjunção da oração relativa à direita da oração matriz. Kayne propõe que as orações relativas são CPs que complementam um D selecionado pela oração matriz.

A derivação se realiza da seguinte forma: o CP que encabeça a oração relativa é selecionado por um determinante (D) da oração matriz. O pronome relativo é gerado na posição D de um nome na oração relativa. O DP resultante se move para Spec do CP encaixado como complemento do D selecionado pela oração matriz a fim de checar o traço [+predicacional], responsável pela força ilocutória da relativa. O NP relativizado, complemento do núcleo D realizado pelo pronome relativo, se move para o Spec da projeção DP para satisfazer o D selecionado pela matriz. Esse processo está ilustrado em (12) e na figura 4, para a oração *The boy who the elephant tickled* ('O menino que o elefante cutucou [lit.: O menino em quem o elefante fez cócegas]'):

(12) [DP The [CP boy<sub>i</sub> [DP who t<sub>i</sub>]<sub>k+pred</sub> [IP the elephant tickled t<sub>k</sub>]]

Fig. 4- A estrutura de alçamento de Kayne (1994)



A proposta de Kayne tem sido adotada em várias análises, graças às evidências quanto ao estatuto da relação entre D e o NP relevante, as quais foram sistematizadas em Bianchi (1999), e adaptadas ao PB por Kenedy (2002). Os contrastes de gramaticalidade explicitados nos exemplos (13) a (20), retirados de Kenedy (2002: 72), demonstram a relação entre o determinante (definido) da matriz e o CP da oração relativa no PB:

(13) [\*eu comprei o tipo de pão]

(14) [eu comprei o tipo de pão de que você gosta]

(15) [\*Maria pesa os 45 quilos]

(16) [Maria pesa os 45 quilos que Suzana quer pesar]

(17) [\*João pintou a casa com a cor]

(18) [João pintou a casa com a cor que sua namorada sugeriu]

(19) [\*Pedro comprou o carro com o motor]

(20) [Pedro comprou o carro com o motor que ele queria]

Observa-se que a presença da relativa autoriza o uso de um determinante definido para o antecedente da matriz em contextos em que a ausência da relativa torna o uso do determinante definido agramatical. Isso demonstra a relação da relativa com o determinante da matriz e serve como evidência para a hipótese de que esse determinante seleciona a oração relativa como complemento.

A possibilidade de relativização do objeto de expressões idiomáticas formadas por verbo e objeto direto, por um lado, e o princípio da Teoria da Ligação (apresentada no cap. I) de que a anáfora deve estar abaixo de sua referência na hierarquia da sentença, por outro, aplicados aos dados (23) a (24), atestam que o constituinte relativizado é gerado dentro da oração relativa, e não selecionado pela matriz:

(21) [o [CP [DP  $mico_i$  que [IP eu paguei  $t_i$  ]]] me deixou envergonhado.

(22) [a [CP [DP  $mãozinha_i$  que [IP ele me deu  $t_i$ ]]] resolveu o problema.

(23) [DP o [CP [DP  $retrato$  de si mesmo] $_i$  que João $_i$  pintou  $t_i$ ] é encantador].

(24) [DP o [CP [DP  $retrato$  de João] $_i$  que si $_i$  mesmo pintou  $t_i$ ] é encantador].

(*Idem, Ibidem*)

#### **2.1.4 Kato, Braga, Corrêa, Lopes Rossi, Sikansi (2002)**

Diferentemente de Kayne (1994), Kato et al. (2002) consideram a oração relativa como o modificador de um DP com movimento de constituinte Q para o início da subordinada. O pronome relativo, operador que liga a variável  $v$ , geralmente exibe o caso que recebe na subordinada (relativa padrão).

Essas características variam nas línguas. Há aquelas que podem dispensar o pronome relativo, como o inglês em *The teacher I admire*. Naquelas que têm o C

invariável, a posição relativizada pode ser preenchida por um pronome pleno (relativa resumptiva) ou por um pronome vazio (relativa cortadora). Conforme observado anteriormente, o português brasileiro (vernacular) apresenta as duas formas, além da padrão.

Segundo Pontes (1987), as autoras afirmam que o português do Brasil é uma língua com proeminência de tópico e de sujeito. Isso significa que as sentenças básicas incluem a posição adjacente de tópico, como em (25) Então a diferença entre a relativa padrão (26) e as relativas não-padrão (27) é uma questão de estratégia em relação ao local a partir do qual será feita a extração.

(25) [TOP Essas pessoas<sub>i</sub>, [IP a gente tem mais intimidade (Ø)/com elas<sub>i</sub>]

(26) Pessoas<sub>i</sub> [CP com quem<sub>i</sub> [IP a gente tem mais intimidade v<sub>i</sub>]

(27) Pessoas<sub>i</sub> [CP que<sub>i</sub> [TOP v<sub>i</sub> [IP a gente tem mais intimidade (Ø)/com elas<sub>i</sub>]

(KATO et al, 2002, p.319)

Em (26), o vestígio do movimento está dentro do IP. Em (27) o vestígio do movimento está adjacente ao pronome relativo, em TOP. Esse vestígio foi deixado pelo movimento Q e controla o resumptivo lexical ou nulo no IP.

O estudo também traça um perfil sociolinguístico do uso das relativas no português do Brasil e conclui que o que de fato interfere na presença da preposição que rege o pronome relativo é a função relativizada, a formalidade da situação discursiva e a presença de preposição na oração principal. Em particular, a relativização de adjuntos adverbiais (cf. (28)) favorece o uso da preposição em relação à relativização de complementos (preposicionados) (cf.(29)), assim como a presença de uma preposição distinta regendo o antecedente na oração matriz (30). Em menor grau, tem-se a formalidade da situação.

(28) Uma escola em que a criança não pratica esporte não é boa.

(29) Vamos aprovar a emenda que fui signatária.

(30) Meu relacionamento com a moça por quem me interessei é muito bom.

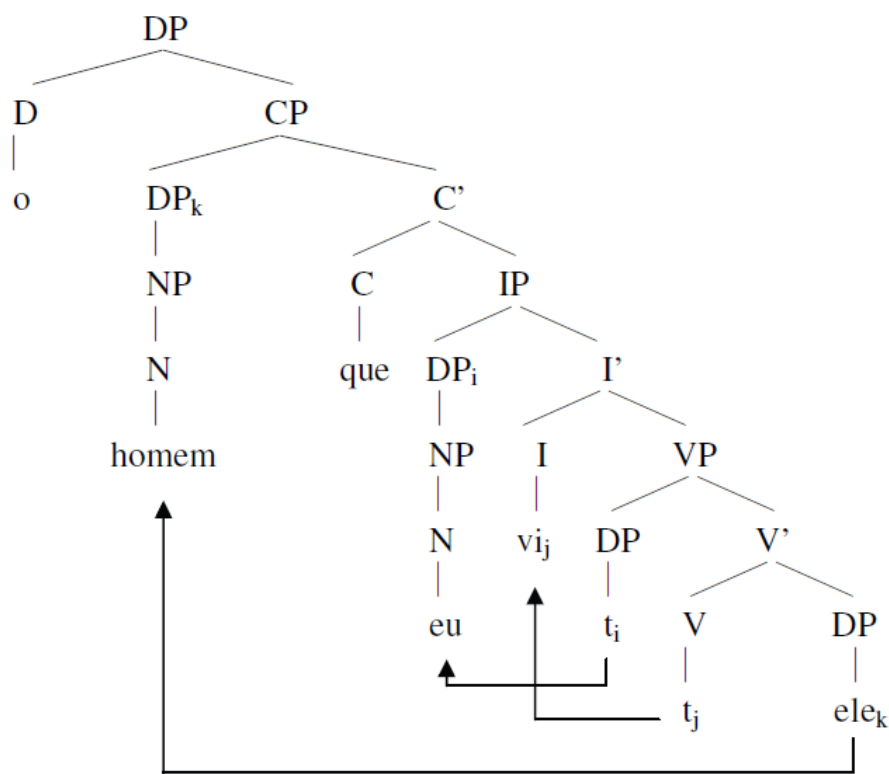
Portanto, fatores estruturais são mais determinantes para a escolha entre as possibilidades de uso das relativas do que os fatores extralinguísticos.

### **2.1.5 Kenedy (2002)**

Kenedy (2002) propõe análise das construções relativas padrão e não-padrão do português do Brasil baseada no modelo de alçamento e na hipótese de que as relativas padrão se estruturam conforme descrito por Kayne (1994). Para Kenedy, os problemas de Kato (1993) são a análise por adjunção da relativa à matriz, a pressuposição de que o português do Brasil é uma língua com predominância de tópico e a realização da correferência entre a posição relativizada e o DP da matriz por coindexação em LF.

Na proposta do autor, as relativas resumptivas de DP do português do Brasil podem ser explicadas pela preservação dos traços phi após o apagamento das cópias deixadas pelo movimento do DP relativizado para a cabeça da relativa, que gera a relativização. O pronome resumptivo seria a realização em PF desses traços phi:

Fig. 5 – Relativa DP resumptiva (KENEDY, 2002, p. 115)<sup>10</sup>.



As relativas de PP não padrão seriam, como o *preposition stranding*<sup>11</sup> de outras línguas, uma alternativa ao alto custo derivacional do *pied-piping*<sup>12</sup>. O autor adota, com adaptações, a análise de Salles (1997) para a ausência do fenômeno *preposition*

<sup>10</sup> A diferença entre a estrutura de Kayne (1994) da figura 4 e as estruturas de Kenedy (2002) apresentadas nas figuras 5, 6 e 7 é que, na primeira, como já foi dito, o *que*, considerado pronome relativo, é gerado como determinante do sintagma relativizado e se move com ele para a cabeça da relativa; nas seguintes, o *que* é gerado como complementador na posição C. Para Ilza Ribeiro (c. p.), a análise do *que* como determinante apresenta a vantagem de evitar a postulação de um determinante nulo para o sintagma relativizado, proposto por Bianchi (2000), para explicar o movimento de um NP em vez de DP para a cabeça da relativa, o que pode constituir um problema para a análise de Kenedy (2002). Agradeço a contribuição.

<sup>11</sup> Algumas línguas permitem o movimento do DP complemento de P para fora do PP sem a preposição que o encabeça, como o inglês em *The girl<sub>i</sub> that I told you about t<sub>i</sub>*. Esse fenômeno é conhecido com *preposition stranding*.

<sup>12</sup> O *pied piping* é o movimento de um PP com a preposição núcleo característico das relativas padrão, como em: *O homem com quem<sub>i</sub> me casei t<sub>i</sub>*. Oliveira (2008) faz um estudo sobre as possíveis razões da aquisição tardia desse movimento pelos brasileiros, atestada em Corrêa (1998), e conclui que a própria operação é complexa, com ultrapassagem de muitos nódulos: DP, DP, PP, PP e D. Kenedy (2007) argumenta que se trata de uma operação antinatural, para a qual as línguas apresentam estratégias de esquiva, como *preposition stranding*, a estratégia cortadora e o uso de resumptivos.

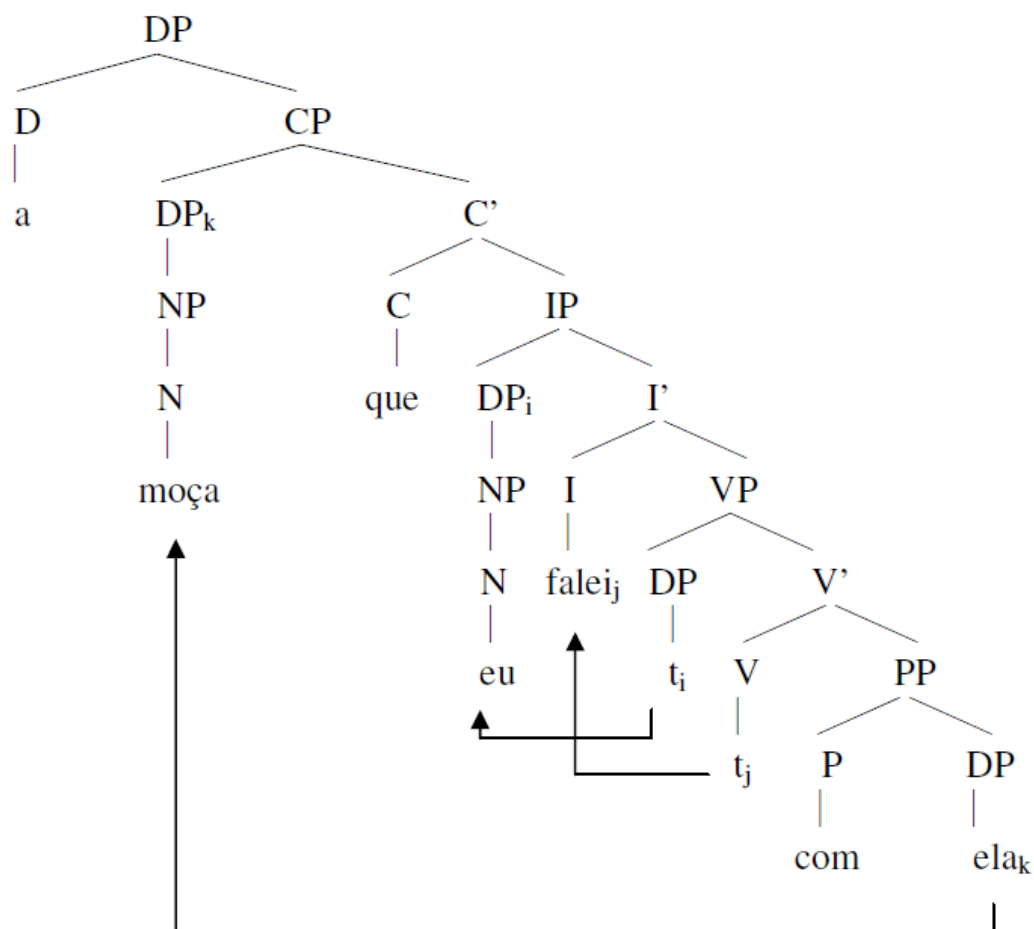


*stranding* em línguas como o PB, segundo a qual a preposição (P) e o determinante (D) formam uma composição sintática – comparável a uma preposição flexionada –, que impede a separação de P e D nas estruturas de movimento de *wh/qu*, com implicações para a ausência do fenômeno *preposition stranding*: para o autor, a formação desse núcleo não impede o movimento do referido DP sem *pied piping*, mas sim o apagamento de sua cópia mais baixa sem o apagamento da preposição que o encabeça.

Kenedy propõe que existe a possibilidade do movimento do DP interno a um PP sem a preposição que o encabeça, mesmo nas línguas em que esse núcleo se forme. Assim, nas relativas PP não padrão, tanto a resumptiva como a cortadora, o DP sobre o qual recai o traço [+ *predicational*], ou seja, o DP relativizado, se move para a cabeça da relativa sem a preposição que o encabeça. Esse movimento está ilustrado pelo movimento de *i* na estrutura de cada tipo de relativa PP não -padrão explicitada a seguir.

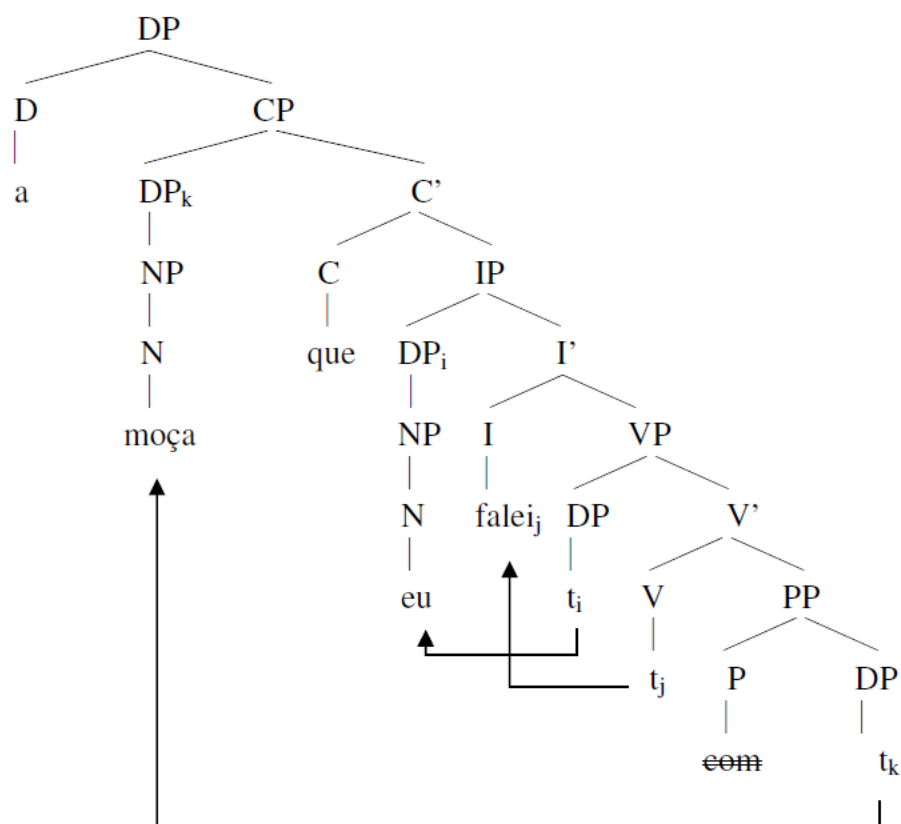
Na relativa PP resumptiva, assim como nas relativas resumptivas de DP, ocorre o apagamento parcial da cópia do DP que ocupa a posição mais baixa da cadeia formada; os traços phi do DP são preservados, o que implica a realização da preposição, na qual também se manifestam tais traços, graças à formação do núcleo [P+D]:

Fig.6 – Relativa PP resumptiva (Idem, p. 142):



Na relativa cortadora, o apagamento da cópia do DP que ocupa a posição mais baixa da cadeia formada após o movimento de DP na relativização sem *pied piping* implica o apagamento da preposição que o encabeça. A estruturação de uma relativa cortadora é semelhante à de uma configuração de *preposition stranding*; apenas, naquele caso, o apagamento de P é uma exigência da redução de cadeias, pois, dada a unidade de traços do núcleo [P+D], o apagamento da cópia de DP torna obrigatório o apagamento também de P em PF.

Fig.7 – Relativa PP cortadora (Idem, Ibidem):



Kenedy não aplica essa análise das relativas cortadoras e resumptivas PP às relativas de genitivo, com o *que* utilizado no lugar de *cujó* na relativização. Para o autor, esse *que* possui uma função genitiva e não há corte de preposição. Estudo mais detalhado desse fenômeno é deixado para investigação futura.

Para Kenedy (2002), a configuração de ilha também restringe apenas o licenciamento das cópias não pronunciadas, não o movimento de constituintes:

*“Segundo Pesetsky (1998: 365), com base em Perlmutter (1972), as ilhas não apresentam restrições à aplicação de Move, mas, sim, ao licenciamento da cópia deixada após o Movimento. Nesse sentido, as condições de ilha devem ser reanalisadas como restrições ao licenciamento da cópia não-pronunciada, isto é, da lacuna, em certas posições estruturais.*

*Consequentemente, a presença de resumptivos em construções que envolvem relações de longa distância deve atestar o licenciamento da cópia-pronunciada, em oposição à cópia silenciada, em vez de servir como evidência para a não-aplicação de Move”. (Idem, p. 120-121)*

A gramaticalidade de sentenças relativas de objeto direto com a posição relativizada em contexto de ilha no PB, demonstrada em (31), é tratada por Kenedy (2002) como evidência para a proposta de que as restrições de ilha se referem ao licenciamento da cópia pronunciada.

(31) [DP o [CP homem<sub>i</sub> que [IP eles acham [CP que [CP quando [IP Maria namorar t<sub>i</sub>] então todo mundo vai ficar feliz]]]]] se chama João

*(Idem, p. 117)*

Assim a gramaticalidade desse tipo de estrutura no PB seria devida à possibilidade de licenciamento do objeto nulo na posição relativizada, em PB, postulada em vários estudos, em configurações não relativizadas (cf. CYRINO, 1997). No caso das relativas resumptivas, Kenedy propõe que a cópia deixada em posição de ilha é licenciada pela pronúncia parcial dos traços phi.

O trabalho do autor não menciona a possibilidade de contraste entre preposições que podem e preposições que não podem ser apagadas na relativização do PB, conforme o trabalho de Kato (2008), a ser apresentado a seguir, demonstra. Tampouco descreve diretamente a possibilidade de sintagmas nominais resumptivos ocuparem a posição relativizada, como encontrado no *corpus*.

### **2.1.6 Kato (2008)**

No trabalho intitulado *Optional Prepositions in Brazilian Portuguese*, Kato faz uma análise uniforme da opcionalidade de preposições em posições de tópico (cf. (32)), perguntas qu- ligadas ao discurso (D-linked Wh questions) (cf. (33)), construções

clivadas (cf. (34)) e orações relativas (cf. (35)). A importância deste trabalho para o presente estudo está relacionada à discussão do contraste apontado pela autora entre preposições que podem e preposições que não podem ser apagadas no contexto das orações relativas.

(32) (Com) aquela moça eu conversei ontem na festa.

(33) (De) que livro você vai precisar?

(34) Foi (com) essa professora que eu conversei ontem.

(35) A moça (com) que(m) eu conversei na festa

(KATO, 2008, p. 10-15)

Kato argumenta, a partir da apresentação de dados do dialeto paulista, que o tipo de sintagma preposicional (PP) cuja preposição pode ser opcional é o que possui caso inerente, ou seja, aquele cujo papel temático é atribuído por um verbo na estrutura profunda e está previsto em seu campo semântico. Assim, a preposição que encabeça o PP apenas licencia o Caso.

A pesquisa segue com a investigação de quais PPs podem ter sua preposição apagada. Inicialmente, não é aplicada ao português a análise de Bouchard (1981), *apud* Kato (2008), em pesquisa semelhante sobre o francês, de que as preposições que podem sofrer apagamento são as subcategorizadas. Kato acredita que exista uma relação entre apagamento e subcategorização, mas afirma que há outros fatores envolvidos. Essa conclusão parte da análise dos dados (36) e (37), clássicos exemplos de subcategorização da preposição, e julgados agramaticais pela autora em relação ao dialeto paulista quando aparecem sem a preposição em análise.

(36) A peça \*(em) que eu pensei todo dia.

(37) O fundo \*(de) que eu dependo não foi liberado.

(Idem, p. 5)

Para a autora, em outros dialetos do português do Brasil, tais exemplos podem ser gramaticais, com base em um conjunto mais amplo de verbos que permitem a opcionalidade das preposições. De fato, submetidos a julgamento de falantes de outros dialetos, os exemplos (36) e (37) mostraram-se gramaticais, sem a preposição analisada. Esse novo julgamento traz de volta a necessidade de investigação, no português do Brasil, da hipótese de Bouchard para o francês de que a opcionalidade de preposições seja uma questão de subcategorização.

Outro conflito de julgamento que remete a um contraste dialetal aparece em sentenças com um constituinte comitativo, que, para Kato, não permitem o apagamento da preposição, possível em outros dialetos.

(38) A moça \*(com) que(m) o Pedro casou este ano.

*(Idem, Ibidem)*

É preciso considerar todas essas diferenças de julgamento para definir o tipo de PP que pode ter a preposição apagada e confrontar o resultado com o que Kato argumenta a partir da apresentação de dados do dialeto paulista, a saber: que o tipo de sintagma preposicional (PP) cuja preposição pode ser opcional é o que possui caso inerente, ou seja, aquele cujo papel temático é atribuído por um verbo na estrutura profunda e está previsto em seu campo semântico. Assim, a preposição que encabeça o PP apenas licencia o Caso.

O contraste de gramaticalidade presente nos pares a seguir demonstra a distinção entre os PPs com opcionalidade de preposição e os PPs em que a preposição ocorre obrigatoriamente:

(39) A faca que eu cortei o queijo

(40) \*A faca que eu comi o queijo

(41) A garota que o Pedro deu um doce.

(42) \*O mendigo que o Pedro comprou um sanduíche.

*(Idem, p. 9)*

Em (43) a (50), podemos observar a opcionalidade da preposição em todas as estruturas analisadas em contextos em que o PP é tradicionalmente classificado como portador de caso inerente: recebendo os papéis temáticos de possuidor e beneficiário, respectivamente.

- (43) Eu conheço o pai desse menino desde o Natal.
- (44) (D)Esse menino eu conheço o pai desde o Natal.
- (45) (De) que menino você conhece o pai?
- (46) É este o menino (de) que eu conheço o pai.
- (47) Todo mundo deu donativos para a UNICEF.
- (48) (Para) a UNICEF todo mundo deu donativos.
- (49) (Para) que entidade todo mundo deu donativos?
- (50) A entidade (para) que todo mundo deu donativos.

(*Idem*, p. 10-11)

Kato continua a formulação de sua análise com a proposta de que as preposições que licenciam Caso inerente são opcionais na numeração, enquanto as preposições que atribuem Caso estrutural, na estrutura superficial, são obrigatórias. Também afirma que esses conceitos precisam ser revistos dentro da abordagem minimalista, pela qual esses níveis são abolidos da teoria.

Os conceitos necessários para a análise incluem o Caso *default*: aquele que se manifesta nos DPs desacompanhados de uma categoria que lhes atribua algum Caso, em determinadas condições estruturais. Isso acontece com DPs topicalizados ou deslocados à esquerda, entre outros contextos. O Caso *default* é nominativo em línguas de sujeito nulo, mas pode ser de outro tipo em outras línguas:

- (51) Me, I like beer. (Acusativo)
- (52) Moi, j'aime la bière. (Dativo)

(53) Yo, me gusta la cerveza. (Nominativo)

(*Idem*, p. 12)

Com base nesses conceitos, podemos proceder à análise das estruturas.

### **2.1.6.1. Análise dos DPs em posição de tópico**

Para explicar a opcionalidade da preposição em constituintes em posição de tópico, Kato apresenta os quatro dados a seguir, em que o DP [esse dinheiro] tem seu papel temático atribuído pelo verbo [precisa], e por isso a preposição que licencia o caso inerente desse DP é opcional na numeração.

Em (54) e (55), a preposição é selecionada na numeração e licencia o caso inerente do DP [esse dinheiro]. O PP resultante pode permanecer *in situ* ou mover-se para a posição de tópico com *pied-piping*. Em (56), a preposição não é selecionada na numeração. O DP [esse dinheiro] não tem seu caso licenciado, e a sentença é agramatical. Em (57), a preposição também não é selecionada na numeração, mas o movimento do DP [esse dinheiro] para a posição de tópico permite que ele manifeste o Caso *default* nominativo. Assim a derivação é possível.

(54) A Maria precisa d[esse dinheiro]<sub>caso inerente</sub> para hoje.

(55) D[esse dinheiro]<sub>i caso inerente</sub> a Maria precisa [<sub>PP</sub> t<sub>i</sub>] para hoje.

(56) \*A Maria precisa [esse dinheiro]<sub>? caso</sub> para hoje.

(57) [Esse dinheiro]<sub>i default nominativo</sub> a Maria precisa [<sub>DP</sub> t<sub>i</sub>] para hoje.

(*Idem*, p. 12)

### **2.1.6.1 Análise das perguntas *qu-* ligadas ao discurso**

As perguntas *qu-* ligadas ao discurso são aquelas que apresentam um constituinte formado por um elemento *qu-* e um sintagma nominal que restringe, a partir de uma



informação presente no discurso, as possibilidades de resposta para a pergunta. Como o sintagma *qu-* ligado ao discurso apresenta uma informação dada, supõe-se que ele seja inserido na sentença na posição de tópico do IP, onde manifesta o caso nominativo *default*. No entanto, como carrega uma variável a ser ligada por uma informação nova, possui um traço de foco [+F], que precisa ser validado com o traço [+F] de C, o que desencadeia o movimento para o CP:

(58) [CP [que *faca*<sub>+F</sub> + caso *default*]<sub>i</sub> *que*<sub>+F</sub> [TopP *t<sub>i</sub>* [ IP *você cortou o queijo com que ~~faca~~* ]

(*Idem*, p. 14)

Os constituintes *qu-* não ligados ao discurso, por não carregarem informação velha, não são inseridos na sentença em posição de tópico, e sim em posição argumental, onde necessariamente recebem caso da preposição. O movimento desse constituinte para CP, desencadeado pelo traço [+F], não dispensa, portanto, a preposição:

(59) [CP \*(Com) *que*<sub>+F</sub> caso *inerente i* [que<sub>F</sub> [IP *você cortou o queijo t<sub>i</sub>* ]

(*Idem, Ibidem*)

### 2.1.6.3 Análise das clivadas

As estruturas clivadas também envolvem o movimento de um DP focalizado para uma posição A'. A preposição que licencia Caso inerente é opcional nessas estruturas porque é opcional na numeração. Se estiver presente na numeração, como em (60), licencia o caso inerente do DP, e o PP resultante move-se para a posição de foco a fim de verificar o traço [+F]. Se a preposição não estiver presente na numeração, como em (61), o DP manifesta o caso *default* nominativo na categoria FocP, para onde realiza um movimento desencadeado pelo traço [+F]. Em ambos os casos, a oração resultante se funde como complemento da cópula:

(60) [COP Foi [<sub>FocP</sub> com [essa moça]<sub>i</sub> caso inerente que<sub>+F</sub> [<sub>TP</sub> eu conversei  
[<sub>PP</sub>t<sub>i</sub>]]]]

(61) [COP Foi [<sub>FocP</sub> [essa moça]<sub>i</sub> default nominativo que<sub>+F</sub> [<sub>TP</sub> eu conversei  
[<sub>DPT</sub>t<sub>i</sub>]]]]

(*Idem*, p. 16)

#### 2.1.6.4 Análise das relativas

Para Kato, existem três tipos de relativas no Português do Brasil: as relativas padrão ou relativas *qu-*, e as relativas não padrão, subdivididas em relativas resumptivas e relativas cortadoras. A autora apresenta uma análise distinta para cada um dos tipos de relativa, mas as construções não padrão têm em comum o envolvimento de categorias A' associadas à estrutura informacional da sentença.

Na relativa padrão (62), o constituinte a ser relativizado é inserido na sentença em posição A com o caso inerente licenciado pela preposição obrigatória. Depois o PP resultante se move para specCP para checar o traço *qu-*. Nesse ponto, se processa a relativização.

(62) A moça [<sub>CP</sub> com quem<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> eu falei [<sub>PP</sub> t<sub>i</sub>] ontem]]]

(*Idem*, p. 18)

Na relativa resumptiva (63), o constituinte a ser relativizado também é inserido na sentença em posição A, sendo o caso inerente licenciado pela preposição obrigatória. O IP resultante então se funde com um DP deslocado à esquerda, o pronome relativo, com caso nominativo *default*, o qual depois se move para CP para checar seu traço *qu-*.

(63) A moça [<sub>CP</sub> que<sub>i</sub> [[<sub>DE</sub> t<sub>i</sub>] [<sub>IP</sub> eu falei com ela<sub>i</sub> ontem]]]

(*Idem, Ibidem*)

Na relativa cortadora, a preposição que atribui caso inerente não é selecionada na numeração, por isso o DP a ser relativizado não tem seu caso licenciado e precisa mover-se para a posição de tópico, na qual é licenciado o caso nominativo *default*. A relativização prossegue desse ponto, com o movimento do DP da posição de *deslocamento à esquerda* (DE) para CP para checagem do traço *wh/qu*:

(64) A moça [<sub>DE</sub> <sub>t<sub>i</sub></sub>] [eu falei Ø ontem]]

(*Idem, Ibidem*)

Kato conclui que a diferença entre relativas *qu-* e as demais reside no lugar da extração: a relativização de dentro do IP gera a relativa padrão, e a relativização de posições A' (com aporte informacional) gera a relativa resumptiva e a relativa cortadora devido à possibilidade da ausência da preposição no lugar da extração, ou seja, TopP ou DE.

### 2.1.7 Kato e Nunes (2009)

Os autores conciliam a análise de Kato (1993), com base em uma posição de tópico interna nas relativas, com a proposta de Kayne (1994), em que a relativa é selecionada pelo determinante da matriz, e a relativização se dá por movimento do constituinte relativizado de sua posição na relativa para o CP que encabeça a oração relativa. Segundo os autores, a diferença entre as relativas vernaculares e a relativa padrão do PB seria o lugar de origem desse movimento. De acordo com as estruturas apresentadas em (65) a (67), nas relativas padrão, o constituinte relativizado é gerado em posição argumental, dentro do IP, deslocando-se para a posição de specDP da matriz, na derivação; nas relativas vernaculares, o constituinte relativizado é gerado na posição de tópico interna à oração relativa. Conforme ilustrado respectivamente em (68) a (70) e (71) e (72), a diferença entre a cortadora e a resumptiva é que naquela, em vez de um pronome resumptivo, um *pro* que faz parte do sistema de clíticos é usado para retomar posições preposicionadas ou não:

### 2.1.7.1 Relativas padrão

- (65) [aquela [CP [DP pessoa<sub>i</sub>[DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [IP t<sub>k</sub> comprou o livro]]]]
- (66) [o [CP [DP livro<sub>i</sub>[DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [IP aquela pessoa comprou t<sub>k</sub>]]]]
- (67) [o [CP [PP livro<sub>i</sub> [PP de [DP t<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]]]<sub>k</sub> [CP C [IP você precisa t<sub>k</sub> ]]]]]

### 2.1.7.2 Relativas não padrão com resumptivo<sup>13</sup>

- (68) Eu tenho [uma [CP [DP amiga<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [IP ela<sub>i</sub> é muito engraçada]]]]]]
- (69) Este é [o [CP [DP livro<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [IP o João sempre cita ele<sub>k</sub>]]]]]]
- (70) Este é [o [CP [DP livro<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [IP você vai precisar dele<sub>k</sub> amanhã]]]]]]

### 2.1.7.3 Relativas não padrão com resumptivo nulo

- (71) Este é [o [CP [DP livro<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [IP eu entrevistei a pessoa que escreveu *pro<sub>k</sub>* ]]]]]]]
- (72) Este é [o [CP [DP livro<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [LD t<sub>k</sub> [IP você estava precisando *pro<sub>k</sub>*]]]]]]

---

<sup>13</sup> Agradeço o comentário da Prof<sup>a</sup> Enilde Faulstich acerca da possibilidade de estudo das condições de manifestação do resumptivo nas relativas do PB no que diz respeito à presença de expressões adverbiais.

A estrutura apresentada no trabalho de Kato e Nunes (2009) será aplicada aos dados do *corpus* deste trabalho. Conforme será demonstrado, essa tipologia precisa ser ampliada para dar conta dos fenômenos encontrados.

## **2.2. Estudos sobre as categorias sintáticas associadas ao conteúdo informacional**

Seguindo o estudo de Kato (1993), a hipótese investigada neste trabalho pressupõe uma mudança na forma como as categorias A' se manifestam no português do Brasil, tendo em vista a ampla ocorrência da relativa derivada a partir de posições A' (DE). Isso faz necessária também uma revisão dos estudos prévios relativos a esse aspecto da gramática do PB.

### **2.2.1 Pontes (1987)**

O estudo pioneiro de Pontes (1987) investiga as propriedades da topicalização e sua manifestação no PB. O 'tópico' é um constituinte que expressa informação dada e está separado sintaticamente e prosodicamente do resto da sentença, o comentário, que introduz uma informação nova.

Li e Thompson (1976) fazem uma divisão tipológica das línguas de acordo com o uso de sentenças com estrutura tópico/comentário ou sujeito/predicado: línguas com proeminência de tópico (Tp); línguas com proeminência de sujeito (Sp); línguas com proeminência de tópico e sujeito; línguas sem proeminência de tópico ou de sujeito.

O trabalho de Eunice Pontes (1987), produzido num quadro teórico funcionalista, parece ter sido o primeiro a apontar uma mudança no português brasileiro em direção à proeminência de tópico, dentro dessa divisão tipológica das línguas. A autora apresenta as seguintes características de línguas com proeminência de tópico presentes no português do Brasil (os dados são do referido estudo da autora):

(i) Codificação superficial: presença de um marcador morfológico de tópico.

A autora sugere o estudo do pronome *cópia* como marcador de tópico:

(73) Essa competência *ela* é de natureza mental.

(74) Eu acho que essa cama aí, eu não tô me dando muito bem com *ela*, não.

(ii) Marginalidade da Construção passiva: Pontes lamenta a ausência de dados estatísticos, mas sugere que a construção passiva seja marginal no português do Brasil;

(iii) Ausência de sujeito expletivo;

(75) Choveu.

(iv) Sujeito duplo;

(76) Essa bolsa as coisas somem aqui dentro.

(v) Controle de correferência pelo tópico;

(77) O Mardônio<sub>i</sub> pifou o freio de mão do carro dele<sub>i</sub> e ele<sub>i</sub> foi levar para oficina

(vi) Ausência de restrições ao constituinte tópico: constituintes associados a várias posições sintáticas aparecem topicalizados;

(78) Esse ano eu vou sair de baiana.

(79) A Joana não se deve confiar.

(80) A Belina o Hélio levou para oficina.

(81) Esse negócio o prazo acaba.

(82) Isso aí eu tenho dúvida.

(83) Essa competência *ela* é de natureza mental.

(vii) Caráter básico das sentenças tópico-comentário

(84) Esse projeto de Medicina é o Banco Mundial que financia.

(85) Sabia que esse tipo de peixe dourado, tem um tipo dele que é o único ser vivo que pode ver um olho?

Pontes conclui que, devido à quantidade de exemplos de estruturas tópico-comentário encontrados na pesquisa e às características que o PB compartilha com as línguas Tp, o PB deveria ser considerado ao menos uma língua com proeminência das duas estruturas.

### 2.2.2. Negrão & Viotti (2000)

O trabalho de Negrão & Viotti (2000) apresenta evidência sintática e semântica de que o português do Brasil é uma das línguas orientadas para o discurso nos termos em que Huang (1984) descreve esse padrão tipológico.

Num contexto teórico em que a marcação do parâmetro do sujeito nulo em uma língua era diretamente ligada à presença de uma rica morfologia de concordância verbal, e a marcação do parâmetro do objeto nulo era diretamente ligada à presença de morfologia de concordância de objeto, já que as categorias vazias precisam ser licenciadas e identificadas, Huang depara com o paradoxo do chinês, que apresenta sujeito nulo, objeto nulo, mas não possui rica morfologia de concordância. Huang propõe então uma divisão tipológica das línguas em *hot* e *cool*, de acordo com a dependência (ou não) da sintaxe aberta para a identificação das categorias vazias.<sup>14</sup>

As línguas *hot* são as línguas voltadas para a sentença, a qual é compreendida a partir do que é visto e ouvido. Utilizam pronomes abertos, apresentam elementos pleonásticos e proeminência de sujeito. Exemplos dessas línguas seriam o inglês e o

---

<sup>14</sup> A nomenclatura origina-se na teoria da comunicação de Mc Luhan, na qual são caracterizados os meios de comunicação como tal, de acordo com a maior ou menor mobilização das estruturas cerebrais pelo receptor da mensagem. Assim, o livro é meio 'frio', por inversamente mobilizar mais as estruturas neuronais, enquanto a televisão é um meio 'quente', por inversamente mobilizar menos as estruturas neuronais do receptor. Transposta para as línguas, a nomenclatura vai indicar que a língua 'fria' é aquela que exige mais do falante, pela necessidade de apoio no discurso, com o acionamento de posições sintáticas não-argumentais (na periferia da sentença); enquanto a língua 'quente' é aquela em que categorias linguísticas estão presentes na estrutura da sentença, dispensando o uso de posições sintáticas não-argumentais associadas ao discurso.

francês. As línguas *cool* são as línguas orientadas para o discurso, que exigem do leitor e do ouvinte uma maior participação na compreensão das sentenças, com inferências, pressuposições e conhecimento de mundo, pois os frequentes pronomes nulos são identificados na própria situação discursiva. São, em geral, línguas com proeminência de tópico, que apresentam sentenças na forma tópico-comentário e não exigem sujeitos estruturais nem elementos pleonásticos. Exemplos dessas línguas são o japonês, o chinês, o quéchua e o imbabura.

Sintaticamente, o que distingue as línguas orientadas para o discurso das línguas orientadas para a sentença é a regra do apagamento do tópico. Essa regra permite que as categorias nulas sejam ligadas a um tópico nulo, e assim licenciadas e identificadas por uma categoria A' sem a necessidade de uma rica morfologia de concordância. No caso do sujeito nulo, essa categoria seria um pronome genuíno e, no caso do objeto nulo, uma variável ligada.

Segundo as autoras, outros estudos já haviam defendido essa hipótese (cf. Galves (1993) e Figueiredo Silva (1994)). No entanto, as evidências para defendê-la é que constituem o aspecto inovador da pesquisa de Negrão e Viotti (2000). Para as autoras, não existe uma relação direta entre a diminuição da flexão verbal e a mudança no parâmetro do sujeito nulo do Português do Brasil. Essa conclusão foi tirada a partir da pesquisa de Negrão (1990), segundo a qual os pronomes de primeira pessoa, justamente a pessoa que manteve o morfema de flexão no verbo, são os que aparecem abertos com mais frequência, enquanto o pronome aberto de terceira pessoa do singular, cuja flexão enfraqueceu, aparece com a segunda menor frequência.

Então, a mudança do parâmetro do sujeito nulo no PB não foi motivada pelo enfraquecimento da morfologia de concordância verbal. Ao assumir a hipótese de que o PB é uma língua orientada para o discurso, que pode expressar o conteúdo informacional dos constituintes da sentença na sintaxe aberta, e sendo a recuperabilidade de interpretação das categorias vazias feita por proeminência do discurso, pode-se concluir que o papel dos marcadores flexionais diminuiu.

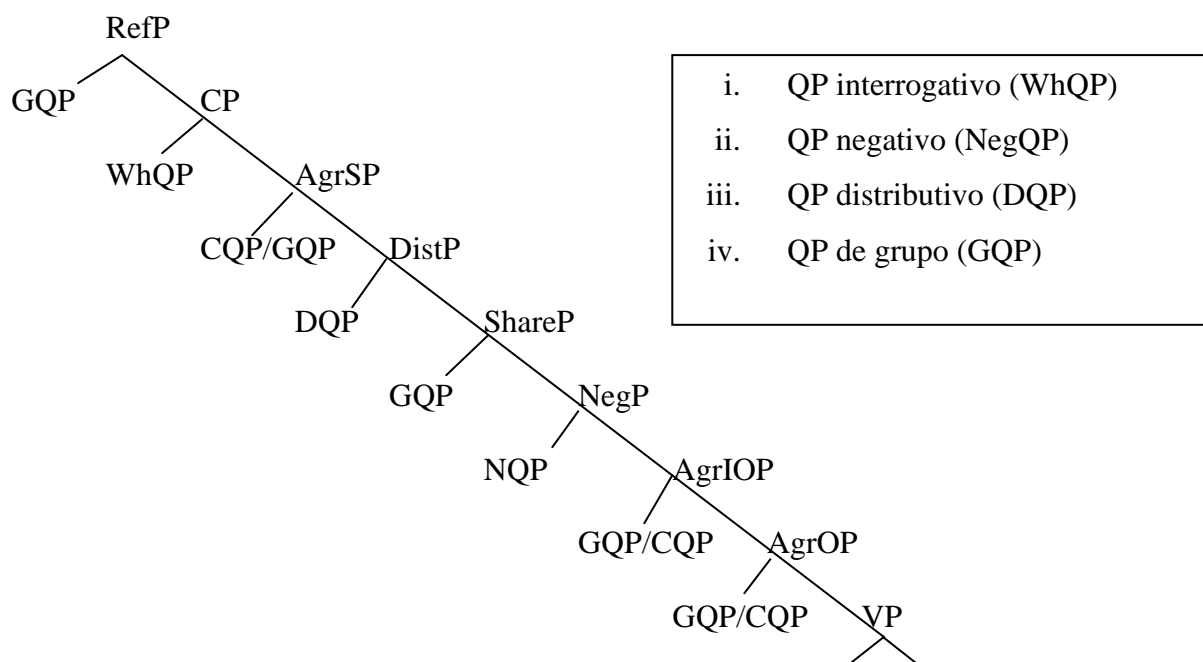
No entanto, no quadro teórico adotado neste trabalho, ser dispensável não basta para que uma marcação de parâmetro sofra mudança. É preciso buscar causas mais consistentes para o enfraquecimento da morfologia de concordância verbal no português do Brasil.



As evidências que as autoras apresentam para caracterizar o português do Brasil como língua orientada para o discurso estão baseadas na existência de uma relação de predicação do IP com um DP no sistema CP, característica das línguas orientadas para o discurso.

Entre essas evidências está o comportamento do quantificador distributivo *cada* na sua interação com outros quantificadores. Para Beghelli e Stowell (1997), quantificadores se movem na LF, cada tipo para uma posição, para c-comandar um domínio e gerar escopo sobre ele, de acordo com a estrutura abaixo:

Figura 8 – Tipos de quantificadores organizados na hierarquia (NEGRÃO e VIOTTI, 2000, p. 112-113)



A única interpretação possível para a sentença (86) no PB é que existe um grupo de textos diferentes para cada aluno. Em inglês, a sentença em (87), diferentemente, é possível que o mesmo grupo de textos tenha sido lido por todos os alunos:

(86) Cada aluno leu alguns textos.

(87) Each student read some texts.

(NEGRÃO E VIOTTI, 2000, p. 114)

A impossibilidade de o QP de grupo “alguns” em posição de objeto ter escopo largo sobre o distributivo “cada”, situado em DistP, atesta que ele não pode alçar-se em LF para SpecRefP, posição para a qual os QPs de grupo se movem para gerar escopo sobre distributivos. Esse fato sugere que, no português do Brasil, a posição está preenchida na sintaxe aberta pelo sujeito da sentença. O sujeito, portanto, ocupa uma posição mais alta do que o IP.

Parte do mesmo fenômeno explica a agramaticalidade da sentença (88).

(88) \*Alguns alunos leram cada texto

(*Idem*, p. 115)

Uma possibilidade de análise dessa agramaticalidade é que um quantificador de grupo em posição de sujeito não pode ter escopo estreito quando interage com um quantificador distributivo porque ocupa a posição SpecRefP, com escopo largo sobre DistP, e não pode ter seu movimento para essa posição desfeito, já que a reconstrução não pode desfazer movimentos semanticamente motivados, como é o caso do movimento dos quantificadores.

Esses fenômenos indicam que o IP funciona como um predicado e estabelece uma relação de predicação com um sintagma nominal que está fora do IP. Como esse fenômeno é uma das características que definem as línguas orientadas para o discurso, o português do Brasil pode ser considerado uma delas.

A análise do licenciamento e da identificação das categorias vazias das línguas *cool* com base no envolvimento de uma regra de apagamento de tópico descreve fatos importantes para a hipótese a ser investigada neste trabalho porque apresenta uma relação entre a ativação de categorias A' (associadas à estrutura informacional) e outros fenômenos linguísticos que parecem estar presentes no Português do Brasil contemporâneo.

### 2.3. Conclusões parciais

A revisão dos estudos já realizados sobre assuntos investigados neste trabalho indica a possibilidade de confirmação da hipótese de que uma mudança na derivação das estruturas relativas do português do Brasil pode ter ocorrido como parte de uma complexa mudança relacionada à ativação do uso sistemático de categorias A', associadas à estrutura informacional, na língua.

As investigações sobre a relativização no português do Brasil trazem diversas estruturas possíveis para os dados encontrados nesta pesquisa: Tarallo (1983) considera a categoria *que* das relativas um complementador idêntico ao das subordinadas integrantes; Kato (1993) apresenta a possibilidade de extração do pronome relativo a partir da posição de tópico, sendo a categoria *que* analisada uniformemente como um pronome relativo tanto na relativa padrão, como na não padrão; Kenedy (2002) aplica às relativas que identifica no PB a estrutura de alçamento descrita em Kayne (1994) com base nos pressupostos minimalistas, identificando operações de movimento a partir do IP tanto na relativa padrão, quanto na relativa não padrão, as quais se distinguem essencialmente por restrições associadas ao apagamento da cópia mais baixa da preposição, no caso das relativas cortadoras, ou pela maneira como a cópia mais baixa do sintagma movido se manifesta em PF, no caso das relativas resumptivas; finalmente, Kato e Nunes (2009) reformulam a hipótese de Kato (1993) com base na estrutura de alçamento proposta em Kayne (1994), para as relativas, e na presença de uma posição de tópico interna à oração relativa, a qual é acionada na operação de relativização.

Devido às evidências para a derivação das estruturas relativas conforme Kayne (1994) as descreve, consideramos as análises de Kenedy (2002) e Kato e Nunes (2009), baseadas na estrutura de alçamento, como as mais adequadas aos objetivos deste trabalho, que incluem principalmente a busca por uma estrutura capaz de gerar as sentenças encontradas no *corpus* cujas propriedades não foram contempladas nas análises prévias.

Em relação aos estudos sobre posições A' associadas à estrutura informacional em português do Brasil, Pontes (1987), dentro de uma perspectiva funcionalista, com uma grande quantidade de dados com estrutura de tópico-comentário e a presença de algumas características de línguas de tópico no PB, e Negrão e Viotti (2000), no quadro

formalista da Teoria Gerativa, com fenômenos estruturais independentes, apresentam evidências de que o PB esteja sofrendo uma ativação maior no uso dessas posições, o que favorece a proposta de Kato e Nunes (2009) com a possibilidade de uma posição de tópico interna à oração relativa.

No próximo capítulo, as estruturas para relativização no PB baseadas em alçamento serão testadas na sua possibilidade de aplicação aos dados reais de fala coletados durante a pesquisa.

# **Capítulo III -**

## **Ampliando a base de dados.**

### **A contribuição do presente estudo**

Conforme mencionado anteriormente, o *corpus* que serve como ponto de partida para o presente estudo é formado por dados reais de fala produzidos em eventos da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Na maioria dos casos, trata-se de situações de fala espontânea em contexto formal, com uso de microfone, plateia presente, gravação em áudio e vídeo e transmissão ao vivo pela *TV Distrital*.

#### **3.1 Metodologia de coleta**

As gravações em áudio dos eventos são transcritas e revisadas por profissionais do quadro permanente da Câmara Legislativa, vinculados ao Setor de Taquigrafia, para a produção das notas taquigráficas. Essas notas trazem todas as falas na íntegra com adaptações para a norma escrita, têm fé pública e estão acessíveis a qualquer cidadão.

Os taquígrafos se revezam na presença ao evento a cada cinco minutos. Depois, cada taquígrafo transcreve, a partir da gravação de áudio, as situações de fala que presenciou, fazendo adaptações à norma escrita, introduzindo pontuação, paragrafação, regência por preposição, concordância e rearranjo de estruturas truncadas, de acordo com a norma padrão. Essa transcrição passa por um revisor, também presente ao evento, que observa a fidelidade e a conveniência dessas adaptações e faz outras que julgar necessárias. As notas são ainda supervisionadas e finalizadas por um profissional que a o evento por inteiro.

Os dados foram coletados em meio a esse processo, no qual o profissional de taquigrafia depara com inúmeras dificuldades de transcrição no que diz respeito a realizações não-padrão, seja em nível sintático, morfológico ou mesmo lexical, o que o

leva à reflexão constante sobre esses fenômenos. Essa situação favorece a coleta de dados para análise linguística pela natural atenção despendida aos fenômenos.

Além disso, os dados são produzidos espontaneamente com envolvimento de múltiplas variáveis sociolinguísticas: diferenças no grau de monitoração e planejamento das falas a depender do tipo de evento (sessão, reunião, seminário), do momento em que se insere o pronunciamento (pequeno expediente, ordem do dia, grande expediente) e até mesmo da posição geográfica em que se situa o informante (tribuna, mesa diretora, microfone de apartes, plenário); diferenças de sexo, faixa etária, origem, formação acadêmica e posicionamento ideológico entre os próprios parlamentares, representantes de vários setores da sociedade eleitos pelo povo, e os demais frequentadores da Casa, como técnicos e acadêmicos convidados a dar pareceres, sindicalistas, líderes comunitários, estudantes; diferenças relacionadas à diversidade dos assuntos tratados nos eventos e à linguagem específica de cada área de conhecimento envolvida.

Por sua vez, o analisador está consciente da situação em que as falas são produzidas, e a gravação de áudio e vídeo é feita e publicada pela própria instituição que promove os eventos, o que minimiza dificuldades práticas e éticas para a coleta dos dados. Diante dos inúmeros fenômenos observados, a coleta foi limitada às orações relativas não-padrão, tais como registradas pelas gravações em áudio, antes do processo de adaptação com vistas ao registro nas notas taquigráficas.

Os dados serão tomados como ponto de partida para análise das estruturas sintáticas presentes no português brasileiro contemporâneo, como passíveis de produção em outras situações discursivas, já que o foco da pesquisa estará no aspecto sintático, sem preocupações quantitativas, variacionistas ou dialetais. Assim, entre os dados coletados, serão apresentados apenas aqueles relevantes para os objetivos deste trabalho, seja na análise das estruturas, seja na exemplificação das conclusões tiradas.

## 3.2 A tipologia dos dados coletados e sua análise em termos dos estudos prévios

Apresentamos inicialmente dados coletados que correspondem aos fenômenos descritos em trabalhos anteriores: foram observadas relativas cortadoras (1 e 2) e relativas resumptivas (2 e 3).

- (1) “Os problemas Ø que nos referimos, que a gente tem tantos (...)”
- (2) “O único item Ø que existe discordância e que há concordância em suprimi-**lo** é o item número 9.”
- (3) “Trata-se de uma emenda dos trabalhadores da Defensoria Pública e que portanto vamos assiná-**la** também.”

Outros dados encontrados merecem destaque por apresentarem fenômenos inovadores ou peculiares em relação às formas de relativização discutidas nos estudos prévios. Almeida e Salles (2011) apresentam um estudo preliminar de alguns desses fenômenos. Passamos a detalhá-los.

### 3.2.1 A questão da ausência de efeitos ilha

Os dados abaixo, colhidos do *corpus*, apresentam configurações sintáticas que, se descritas conforme as análise de Kayne (1994) para relativas padrão, com movimento do sintagma relativizado de dentro do IP para a cabeça da relativa, deveriam apresentar efeito de ilha, conforme descrito no capítulo I, e seriam agramaticais. Observe-se que o sintagma relativizado encontra-se dentro de um NP complexo, ou seja, dentro de uma oração dominada por um DP:

- (4) “Quem são os financiadores da campanha do Sr. X? Grandes instituições financeiras<sub>i</sub> que, depois, indiretamente, acabamos de ter

[<sub>DP</sub> uma série de projetos que [<sub>IP</sub> beneficiaram aquelas instituições;<sub>i</sub>]].”

- (5) “Numa lista de projetos<sub>i</sub> que recebi [<sub>DP</sub> a incumbência do Governador de [<sub>IP</sub> buscar encaminhamento \*t/pro<sub>i</sub>]], ainda como Chefe da Casa Civil (...).”

O dado (4), já por apresentar um sintagma nominal pleno na posição relativizada, não poderia ser descrito como relativa padrão. É interessante notar que, mesmo na ausência da expressão resumptiva, o dado continua gramatical, o que confirma que não é possível assumir para esse dado uma análise como a proposta para a relativa padrão, com estratégia de movimento para CP. Conforme observado em Kato e Nunes (2009), a relativização padrão gera efeito de ilha, pois o movimento de *i* para a primeira posição disponível com um vestígio na posição relativizada, de acordo com a estrutura proposta por Kayne (1994) para relativas padrão, ultrapassa um DP e um IP (7), enquanto a relativização não-padrão, a partir da posição de tópico, com um *pro* preenchendo a posição vazia do IP, não gera esse efeito porque não ultrapassa um NP complexo (8)

- (6) Quem são os financiadores da campanha do Sr. X? Grandes instituições financeiras que, depois, indiretamente, acabamos de ter uma série de projetos que beneficiaram.

- (7) \*[[Grandes instituições financeiras]<sub>j</sub> [<sub>CP</sub> [*que* t<sub>j</sub>]<sub>i</sub> [<sub>IP</sub> depois indiretamente acabamos de ter [<sub>DP</sub> uma série de projetos [<sub>CP</sub> que beneficiaram t<sub>i</sub> ]]]]]

- (8) [<sub>CP</sub> [<sub>DP</sub> Grandes instituições financeiras<sub>i</sub> [<sub>DP</sub> que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [<sub>CP</sub> C [<sub>TOP</sub> t<sub>k</sub> [<sub>IP</sub> depois acabamos de ter uma série de projetos que beneficiaram *pro*<sub>k</sub>]]]]

O contraste de gramaticalidade entre relativas padrão e não-padrão no que diz respeito ao efeito de ilha já havia sido observado em Tarallo (1983). Para o autor, o contraste deve-se à ausência de movimento nas relativas não-padrão, em que o *que* é considerado complementador.



Em Kato (1993), a falta de efeito de ilha nas relativas não-padrão é explicada como sendo devida à extração a partir da posição de tópico. O sintagma nessa posição é coindexado a qualquer elemento da sentença, independentemente da distância entre eles. Já o movimento a partir da posição de tópico, que gera a relativização, não ultrapassa categorias bloqueadoras.

Para Kenedy (2002), a configuração de ilha restringe o licenciamento das cópias não-pronunciadas, não o movimento de constituintes, conforme descrito no capítulo II. O tipo de oração em (6), com a relativização gramatical de um objeto direto em contexto de restrição de ilha, é tratado como evidência para essa proposta. Segundo o autor, o movimento do constituinte relativizado de dentro do IP não sofre restrição de ilha, e o licenciamento da cópia deixada por este movimento é realizado pela possibilidade de haver objeto nulo no PB (cf. CYRINO, 1997).

Sob o ponto de vista de que o efeito de ilha é determinado por condições quanto ao pronunciamento da cópia, essa análise poderia ser mantida para o dado (6), em que a posição relativizada é a do objeto direto. Em relação ao dado (5), em que a posição relativizada é a de complemento do nome, e não de objeto direto, resta saber se a cópia deixada pelo movimento que gera a relativização a partir do IP de um constituinte em posição de complemento nominal em contexto de restrição de ilha também poderia ser licenciada dessa ou de outra maneira. Observemos que, qualquer que fosse a análise do licenciamento da cópia apagada do complemento nominal, ela também teria de dar conta do apagamento da preposição que rege esse complemento, obrigatória em posição A, mas não realizada na superfície, nem em *pied piping*, regendo o *que*, nem em *preposition stranding*, regendo a cópia apagada. A tais considerações deve-se acrescentar a pergunta quanto a que fatores determinam a manifestação de cada opção de derivação – uma resposta que pode ser associada a fatores relacionados à escolha da configuração informacionalmente marcada ou não, o que não foi objeto de análise no presente estudo.<sup>15</sup>

Consideremos agora os detalhes da hipótese de relativização a partir de LD em relação à ausência de efeito de ilha em relativas no PB.

Em Kato (2003), *apud* Moura (2007), argumenta-se que a restrição de ilha não ocorre apenas pelo ambiente sintático, mas também pelo tipo de constituinte deslocado.

---

<sup>15</sup> Nesse sentido, torna-se relevante a distinção entre línguas orientadas para o discurso ou não.

Assim, nessa proposta, o movimento de VP e vP não sofre restrições de ilha<sup>16</sup>. O preenchimento da posição de LD em PB, língua em que há movimento de V para I, dá-se pelo deslocamento à esquerda de todo o vP remanescente, (*vP remnant movement*), em que são carreados os vestígios/cópias apagadas dos constituintes/núcleos gerados dentro do vP, que sofreram movimentos para IP. Dessa forma, o movimento de vP que gera o preenchimento da posição de tópico não sofre restrição de ilha, pelo tipo do constituinte que se move (vP).

- (9) [<sub>vP</sub> t<sub>i</sub> t<sub>v</sub> Os amigos]<sub>j</sub>, <sub>IP</sub> a Maria<sub>i</sub> visita<sub>v</sub> [<sub>vP</sub> \_\_\_\_ ]<sub>j</sub> todos os anos.  
(MOURA, 2007: 96, (59)a. e c.)

Para explicar a topicalização de apenas um dos complementos de um verbo bitransitivo, a autora adota a proposta de Beletti (1999), pela qual uma posição entre LD e vP, chamada FP, acolheria o complemento não-topicalizado.

- (10) [<sub>vP</sub> t<sub>i</sub> t<sub>v</sub> O noivo t<sub>m</sub>]<sub>j</sub>, a Maria<sub>i</sub> já apresentou<sub>v</sub> [<sub>FP</sub> aos pais<sub>m</sub> [<sub>vP</sub> \_\_\_\_ ]]<sub>j</sub>.  
(KATO, 2003 *apud* MOURA, 2007: 98, (59)a.)
- (11) [<sub>vP</sub> t<sub>i</sub> t<sub>v</sub> t<sub>k</sub> Aos pais]<sub>j</sub>, a Maria<sub>i</sub> já apresentou<sub>v</sub> [<sub>FP</sub> o noivo<sub>k</sub> [<sub>vP</sub> \_\_\_\_ ]]<sub>j</sub>.  
(KATO, 2003 *apud* MOURA, 2007: 98, (67)b.)

Com essa proposta, Kato (2003) explica a insensibilidade do constituinte em posição de tópico ao efeito de ilha e sua possibilidade de coindexação por correferência com qualquer elemento do interior da sentença. Então, a relativização a partir da posição de tópico, característica das orações relativas não-padrão do português do Brasil, também poderia ocorrer sem essa restrição, já que o movimento do constituinte relativizado a partir da posição de LD, ainda que sujeito a restrições de ilha, não ultrapassa nenhuma categoria bloqueadora (cf. 8). A gramaticalidade de (4) e (5) poderia então ser explicada em termos da estratégia usada na relativização: a estratégia padrão, sujeita a restrição de ilha, gera agramaticalidade; a estratégia não-padrão, por

---

<sup>16</sup> Esse é um ponto relevante para a discussão da questão em perspectiva translinguística, como possibilidade de captação da ocorrência de fenômenos em determinadas línguas, e não em outras.

partir da posição de tópico e não violar as restrições de ilha, gera uma sentença gramatical.

Um problema para essa análise seria a falta de uma posição sintática para o sintagma adverbial não topicalizado, representado, por exemplo, por [todos os anos] em (9). A hipótese do movimento de vP, portanto, não contempla a possibilidade de que constituintes modificadores do VP não sejam incluídos no deslocamento<sup>17</sup>. Como se verá adiante, essa hipótese será substituída em estudos subsequentes da autora

Em princípio, não há uma razão para que esse sintagma esteja fora do vP e não seja movido juntamente com ele para a posição de tópico.

De acordo com Oliveira (2008), Kato e Nunes (2007) chamam a atenção para a possibilidade de uma categoria vazia ocorrer dentro de uma ilha sintática, o que impede que essa categoria seja descrita como um vestígio de movimento e sugere sua análise como categoria pronominal (*pro*). Assim, os autores incluem entre as relativas não-padrão as relativas de objeto direto em contexto de ilha com resumptivo nulo, baseados na possibilidade de ocorrência de objeto nulo em PB (cf. CYRINO, 1997).

No presente trabalho, numa abordagem mais recente, a gramaticalidade de (4) e (5) pode ser explicada de acordo com a estrutura proposta por Kato e Nunes (2009), descrita no capítulo 2, assumindo-se que a origem da relativização é uma estrutura tópico-comentário. Para os autores, o constituinte na posição de tópico é gerado na base, ou seja, não sofre movimento e, portanto, não se submete à subjacência, podendo estar em correferência com qualquer termo da oração a que pertence. A relativização desse constituinte, que se encontra fora do IP, também não apresenta efeito de ilha, uma vez que o movimento que sofre não ultrapassa categorias bloqueadoras.

A estrutura da oração relativa com lacuna na posição de objeto em contexto de restrição de ilha (6) seria então, como apresentado em (8) e transcrito em (12):

- (12) [CP [DP Grandes instituições financeiras<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [TOP t<sub>k</sub> [IP depois acabamos de ter uma série de projetos que beneficiaram *pro*<sub>k</sub>]]]]]

---

<sup>17</sup> Agradeço a observação da Prof<sup>a</sup> Ilza Ribeiro (c. p.) a esse respeito.

O dado (5) apresenta uma inovação porque a configuração de ilha em que o sintagma relativizado se encontra é um contexto de complementação nominal, e não de objeto direto, descrito em análises anteriores. Sendo o dado real como se apresenta, com lacuna na posição relativizada, é uma construção gramatical.<sup>18</sup> Assim, uma estrutura baseada em movimento a partir do IP geraria efeito de ilha. Portanto, só a estrutura não-padrão poderia ser atribuída ao dado, seguindo-se a proposta de Kato e Nunes (2009)<sup>19</sup>:

- (13) [CP [DP projetos<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [TOP t<sub>k</sub> [IP recebi [DP a incumbência do Governador de buscar encaminhamento *pro*<sub>k</sub>]]]]]

Aqui deparamos com a mesma questão apresentada para a análise de Kenedy (2002) aplicada a esse dado: resta saber se um *pro* poderia ocupar a posição de complemento nominal dentro do IP da relativa da mesma forma que ocupa a posição de objeto direto. Acreditamos, no entanto, que a relativização a partir da posição de tópico gera uma possibilidade mais concreta para a análise do estatuto da categoria vazia que ocupa a posição do complemento nominal, uma vez que o tópico, preenchido ou nulo, é capaz de licenciar e identificar categorias vazias em línguas orientadas para o discurso (cf, NEGRÃO e VIOTTI, 2000)

### 3.2.2. Sintagma nominal pleno resumptivo

Na bibliografia pesquisada e apresentada no capítulo II, as relativas resumptivas aparecem sempre com formas pronominais ocupando a posição relativizada na oração encaixada. Os dados em (14) e (15), a seguir, demonstram que, além de pronomes, sintagmas nominais plenos também podem ocupar essa posição em relativas resumptivas:

---

<sup>18</sup> Esse tipo de julgamento envolve distinguir o dado de construções em que ocorrem truncamentos característicos da fala. Esses fenômenos são considerados inerentes à fala, cabendo abstraí-los quando se trata de emitir julgamentos de (a)gramaticalidade.

<sup>19</sup> A partir daqui, a posição de origem da relativização não padrão será tratada como TOP (tópico), e não LD (deslocamento à esquerda), uma vez que adotamos a proposta de que o preenchimento dessa posição não é realizado por movimento.

- (14) “Quem são os financiadores da campanha do Sr. X? Grandes instituições financeiras que, depois, indiretamente, acabamos de ter uma série de projetos que beneficiaram **aquelas instituições.**”
- (15) “Antes de declarar empossado o novo presidente desta Casa registro que, por incompatibilidade de funções, o Deputado X apresenta, neste momento, a renúncia ao cargo de primeiro secretário, cuja formalização e preenchimento **do cargo vago** dar-se-á na forma regimental.”

Foi encontrada na pesquisa bibliográfica que serviu de base a este trabalho uma única menção – ainda que indireta e inespecífica de estruturas relativas – à possibilidade de um sintagma nominal pleno ocupar a posição relativizada. Na descrição da estrutura proposta por Kenedy (2002) para relativas resumptivas, é possível que a cópia mais baixa deixada pelo movimento do constituinte relativizado no processo de alçamento não seja apagada, desde que seja idêntica ao seu correspondente superior na cadeia, ou que apenas os traços *phi* da cópia sejam pronunciados, como um pronome resumptivo:

*“Segundo Pesetsky (1998: 365), essa realização fonética múltipla ocorre também se apenas alguns traços, os traços  $\Phi$  fundamentais desse constituinte, são manifestados em mais de uma posição sintática da cadeia. Ou seja, dada a cadeia  $CH = (\alpha_i, \beta_i)$ , o componente fonológico da linguagem humana poderá realizar  $\beta$  de, pelo menos, três maneiras distintas: (i)  $\beta$  é apagado em PF; (ii)  $\beta$  é idêntico a  $\alpha$  em PF; (iii)  $\beta$  manifesta os traços  $\Phi$  de  $\alpha$  em PF.”* (KENEDY, 2002, p. 112)

Para que essa possibilidade representasse um caminho para a análise dos dados encontrados no *corpus*, o sintagma nominal pleno resumptivo deveria ser idêntico ao DP da matriz, o que não é o caso, uma vez que o constituinte que sofre movimento é [grandes instituições financeiras] em (14) e [o cargo de Primeiro Secretário] em (15), e

o que ocupa a posição relativizada é [aquelas instituições] em (14) e [o cargo vago] em (15).

A questão que se coloca neste momento é como um sintagma nominal pleno pode ser realizado na posição da cópia deixada pelo movimento de um constituinte distinto (embora haja compartilhamento de traços phi). Tal situação sugere a ausência de movimento nesta etapa da derivação. Diante disso, a estrutura com base na presença de uma posição na periferia à esquerda, com propriedades definidas discursivamente, na relativa, conforme proposto em Kato e Nunes (2009), volta a ser uma possibilidade de análise, uma vez que o constituinte nessa posição também permite a realização de um item lexical coindexado em qualquer posição do IP, conforme observado por Vasco (1999, *apud* MOURA, 2007) e mencionado na descrição da tipologia da posição de tópico, no Capítulo 1 deste trabalho. A gramaticalidade dos dados (16) e (17) demonstra essa possibilidade:

(16) [<sub>TOP</sub> As grandes instituições financeiras], [<sub>CP</sub> depois acabamos de ter uma série de projetos que beneficiaram aquelas instituições].

(17) [<sub>TOP</sub> O cargo de primeiro secretário], [<sub>CP</sub> o preenchimento do cargo vago dar-se-á na forma regimental]

A situação de movimento não poderia ser invocada, o que também não constitui problema para a análise, uma vez que é possível supor a realização da posição de tópico indexada a uma posição preenchida na estrutura de IP (cf. KATO E NUNES, 2009).

Observe-se que, nas configurações de tópico (sem relativização), em (16) e (17), o sintagma topicalizado é realizado com um determinante [+definido]. Isso acontece porque apenas expressões referenciais (definidas) podem ser topicalizadas (cf. HANKAMER, 1971; KUNO, 1972; PONTES, 1987; RAPOSO, 1996; KATO 1998). O estudo de Aguiar (2007) propõe que expressões quantificadas podem, sim, ocupar a posição de tópico desde que modificadas por um sintagma restritivo que lhes atribua um traço [+ definido]. Assim, elas passam a ocupar posições específicas de sintagmas referenciais. Esse papel de modificador restritivo pode ser exercido por uma oração relativa restritiva. Ao se concatenar com o DP da matriz, conforme a estrutura de Kayne (1994), o CP relativo provoca mudança nos traços de D, tornando-o definido. Dessa

forma, o determinante realizado na estrutura topicalizada (sem relativização) é um correlato da definitude na configuração relativa.

Se o constituinte em posição de tópico permite a realização de um sintagma nominal pleno coindexado em qualquer posição do IP, e as sentenças em (16) e (17) são gramaticais, adotando-se a análise de Kato e Nunes (2009), pode-se assumir que a relativização realizada mediante a posição TOP poderia ser capaz de gerar as sentenças em (14) e (15).

- (18) [CP [DP Grandes instituições financeiras<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [TOP t<sub>k</sub> [IP depois acabamos de ter uma série de projetos que beneficiaram aquelas instituições]]]]

Em relação ao dado (15), a literatura pesquisada ainda é obscura em relação à derivação das relativas com o pronome *cujo*, padrão ou não-padrão, o que dificulta uma descrição estrutural sólida, baseada em estudos anteriores (tais configurações serão retomadas adiante).

### 3.2.2 A relativização de oblíquos

Entre as relativas cortadoras, destacamos algumas em que a categoria *que* retoma constituintes (preposicionados) selecionados como complemento do verbo da oração subordinada ou como adjunto com algum traço semântico selecionado pelo verbo, conforme ilustrado em (19) e (21), respectivamente, cada exemplo seguido da configuração de tópico, com a indicação da preposição envolvida (cf. (20) e (22)). Como se depreende do exemplo em (22), um aspecto interessante é que, muitas vezes, não se pode determinar com exatidão que preposição foi apagada, mas a ambiguidade provocada por esse fator não prejudica a gramaticalidade das sentenças. Observe-se também a gramaticalidade das sentenças de tópico-comentário correspondentes às orações relativas do *corpus*, com ou sem preposição, mas necessariamente com um traço [+definido].

- (19) “(...) além do direito de terem materializado aquilo que vocês tanto lutaram.”
- (20) [TOP (Por) aquilo], [CP vocês tanto lutaram].
- (21) “Foi aposta ao projeto uma emenda supressiva que nós estamos suprimindo o art. nono do projeto de lei em referência.”
- (22) [TOP (Com/por/em) Essa emenda supressiva], [CP nós estamos suprimindo o artigo nono].

A estrutura descrita em Kenedy (2002) não prevê a distinção entre preposições que podem e que não podem ser apagadas no contexto das orações relativas cortadoras. O contraste demonstrado em Kato (2008), descrito no capítulo 2, portanto, não é captado pela estrutura proposta pelo autor. Uma possibilidade é desconsiderar esse contraste e afirmar que todas as preposições do português do Brasil podem ser apagadas no processo de relativização. Como a coleta de dados deste trabalho restringiu-se a relativas não-padrão, não é possível definir essa questão pela observação dos nossos dados. A ausência de dados de relativas cortadoras com a omissão de preposições lexicais, que selecionam argumentos e lhe atribuem Caso de fato (como ‘desde’ e ‘sem’), pode ser um indício de que essas preposições não são omitidas nas configurações de orações relativas no português do Brasil, mas não uma evidência.

No entanto, apesar da discordância em relação ao julgamento de alguns dados, provavelmente devida a questões dialetais, conforme afirmamos no capítulo 2, acreditamos que o trabalho de Kato (1998) atesta uma distinção clara entre preposições que podem e preposições que não podem ser apagadas. As preposições marcadoras de Caso, definidas no capítulo 1, seriam justamente as preposições opcionais em alguns contextos, como na relativização e na topicalização. Assim as preposições opcionais seriam aquelas descritas como categorias funcionais, enquanto as lexicais seriam obrigatórias (cf. CHOMSKY, 1986; SALLES, 1992). Salles (1992) observa que a distribuição da preposição pode ser definida pelo estatuto da categoria selecionada pelo verbo, como se depreende nos exemplos em (23), (24) e (25), do português, em que a preposição é suprimida diante do complemento realizado como CP (finito), mas é



obrigatória diante do complemento realizado como um sintagma nominal ou como uma oração infinitiva, conforme ilustrado a seguir.

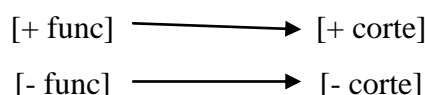
(23) Maria gosta (de) que lhe deem chocolate

(24) Maria gosta \*(de) comer chocolate

(25) Maria gosta \*(de) chocolate

A relevância desse contraste se confirma com dados do inglês, em que o padrão de distribuição prevê ausência (e não opcionalidade) da preposição diante complementos finitos (*Mary agrees with this/ Mary agrees (\*with) that this idea is good*).

Podemos, assim, estabelecer uma relação bilateral entre preposição funcional e possibilidade de apagamento em alguns contextos:



Considerando esses aspectos na análise dos dados, observamos que o constituinte relativizado sem a preposição regente ocupa posição de complemento verbal em (19) e exerce papel temático de instrumento relacionado semanticamente ao verbo ('suprimir'/'emenda supressiva') em (21). Esses seriam exemplos de constituintes selecionados pelo verbo, e não pela preposição regente, o que permite considerar que a preposição seja funcional e não lexical, conforme proposto na análise de Kato (2008).

A possibilidade de topicalização dos constituintes relativizados, demonstrada em (20) e (22) torna possível a descrição da estrutura dos dados em (19) e (21) com base em Kato e Nunes (2009), conforme proposto a seguir:

(26) [CP [DP *aquilo*<sub>i</sub> [DP *que* *t*<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [TOP *t*<sub>k</sub> [IP *vocês tanto lutaram pro*<sub>k</sub>]]]]

(27) [CP [DP [emenda supressiva]<sub>i</sub> [DP *que* *t*<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [TOP *t*<sub>k</sub> [IP *nós estamos suprimindo o artigo nono*]]]]

Ao lado das relativas cortadoras, encontramos também, no *corpus*, alguns dados com as seguintes características: (i) o constituinte relativizado não é argumento, (ii) o pronome relativo não é regido por preposição, e (iii) é difícil recuperar a preposição no contexto:

- (28) “E com isso nós tivemos que entrar na Justiça, enfim, entrar com um processo bastante longo e **que** a gente fica se perguntando: poxa, com tanto trabalho para ser feito na esfera pedagógica e educacional de construir uma escola, a gente tem que se defender de pessoas que querem fechar uma escola?”
- (29) “Foi o único órgão que deu esse atendimento, que acolheu e **que** hoje os pais sabem se a pessoa possui esse distúrbio ou não.”
- (30) “Estamos falando de uma doença **que** as famílias vivem no limite.”

Aparentemente, nesses casos a relativização força a entrada de um constituinte não-argumental em uma relação argumental com o predicado, comparável à relação entre o predicado e um argumento benefactivo, aquele que é interpretado como afetado pela predicação. Esse papel temático pode ser mapeado na sintaxe por uma preposição, que estabelece essa relação argumental benefactiva entre o argumento e o predicado:

- (31) Maria arrumou a casa **para mim**.

No entanto, em relação aos dados em (28), (29) e (30), percebemos que há em comum entre os constituintes relativizados não um traço de afetado, mas um traço que insere o termo como a causa, o que explica que possa ser mapeado na sintaxe da relativa por uma expressão do tipo “que faz com que” ou por uma expressão causal, como “por causa de”.

- (32) “E com isso nós tivemos que entrar na Justiça, enfim, entrar com um processo bastante longo e **que faz com que** a gente fique se perguntando: poxa, com tanto trabalho para ser feito na esfera pedagógica e educacional de construir uma escola, a gente tem que se defender de pessoas que querem fechar uma escola?”
- (33) “Foi o único órgão que deu esse atendimento, que acolheu e **que faz com que** hoje os pais saibam se a pessoa possui esse distúrbio ou não.”
- (34) “Estamos falando de uma doença **que faz com que** as famílias vivam no limite.”

Assumindo-se a relativização não-canônica, é forçoso observar que, nesse caso, um DP que não é argumento ocupa a posição de tópico, sem que seja explicitado o nexos semântico de ‘causa’ por meio de uma categoria preposicional ou uma locução prepositiva, conforme ilustrado em (35), (36) e (37):

- (35) [<sub>TOP</sub> (Por causa de) Esse processo longo], [<sub>CP</sub> a gente fica se perguntando (...)]
- (36) [<sub>TOP</sub> (Por causa de) Esse órgão], [<sub>CP</sub> hoje os pais sabem se a pessoa possui esse distúrbio ou não].
- (37) [<sub>TOP</sub> (Por causa de) Essa doença], [<sub>CP</sub> as famílias vivem no limite]

A questão que se coloca em relação a esses dados é que eles contrariam a previsão de que adjuntos introduzidos por preposição lexical não deveriam admitir a configuração cortadora, mas ela ocorre nos casos em que a relação é do tipo ‘causal’. Cabe indagar por quê. Uma possibilidade é que a função causal autorize o Caso *default*, ao contrário de outras funções adverbiais.

De uma maneira ou de outra, a possibilidade de extração do constituinte relativizado a partir da posição de tópico abre o caminho para a explicação da estrutura

subjacente de mais esse fenômeno encontrado nos dados do *corpus* – a entrada de um causador não argumental na estrutura argumental do predicado –, da seguinte maneira:

(38) [CP [DP [processo longo]<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]<sub>k</sub>] [CP C [TOP t<sub>k</sub> [IP a gente fica se perguntando (...)]]]]

(39) [CP [DP órgão]<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]<sub>k</sub>] [CP C [TOP t<sub>k</sub> [IP hoje os pais sabem se a pessoa possui esse distúrbio ou não.]]]]

(40) [CP [DP doença]<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]<sub>k</sub>] [CP C [TOP t<sub>k</sub> [IP as famílias vivem no limite.]]]]

### 3.2.3 Relativas cortadoras do tipo ‘tópico-sujeito’

A seguir apresentamos um dado que consideramos diferenciado em relação aos que vimos analisando até o momento. Como será demonstrado, é possível discuti-lo em termos das propriedades que caracterizam o PB como língua com proeminência de tópico na codificação dos traços formais da periferia à esquerda:

(41) “E a pessoa com deficiência, ela é definida em lei, porque senão qualquer pessoa (∅) que faltasse uma orelha iria dizer que é deficiente.”

Trata-se de uma construção em que a posição relativizada é um locativo, o qual está em uma relação de parte-todo com o constituinte [uma orelha], realizado na posição de sujeito da oração relativa (embora seja gerado como argumento interno do verbo *faltar*).

A ocorrência dessa construção pode estar relacionada a um fenômeno atestado no Português do Brasil: a realização do chamado tópico-sujeito, em que um sintagma locativo ou possuidor ocupa a posição de sujeito de um verbo inacusativo biargumental, enquanto o argumento *tema* ocupa a posição de objeto (cf. MUNHOZ e NAVES, 2010). O dado em (42), retirado do *corpus*, exemplifica a construção de tópico-sujeito, forma um par alternante com (43), em que o locativo não é topicalizado – ou alçado. Nesse

caso, a interpretação do papel temático do tópico-sujeito é ambígua entre possuidor e locativo, mas é possível perceber a relação de parte-todo:

(42) “O Hospital de Sobradinho não vai fechar a maternidade”

(43) Não vai fechar a maternidade no/ do Hospital de Sobradinho

Tal alternância foi observada e analisada pioneiramente por Pontes (1987), que, mediante aplicação de testes sintáticos, argumenta que a variante transitiva resulta de reanálise do tópico como sujeito (cf. Capítulo 1).

Lunguinho (2006) discute esse fenômeno em termos da noção de partição de constituintes. Para ele, o único argumento de um verbo inacusativo, formado por dois DPs – o DP-todo e o DP-parte –, é repartido em duas posições sintáticas. O DP-todo é alçado à posição de Spec do TP, gerando concordância. Nessa configuração, a preposição está ausente desde a numeração, porque a relação de parte-todo é estabelecida pela configuração sintática em que os DPs se encontram: trata-se de um D, e não uma preposição, que projeta o argumento “tema” na posição de complemento, sendo o argumento locativo/possuidor realizado como um DP na posição de SpecDP, conforme ilustrado em (44):

(44) [TP [DP O carro] [T ~~foi~~ ~~foi~~ [VP ~~foi~~ [DP [DP ~~o carro~~] [D'O [NP pneu]]]]]]]  
(LUNGUINHO, 2006, p. 142,)

Se o argumento possuidor/locativo ‘o carro’ ocupa a posição de sujeito, significa que ele foi alçado à posição do SpecTP, e a preposição está ausente desde a numeração. A relativização desse constituinte, portanto, realizada a partir de qualquer dessas posições, gera uma relativa cortadora, como a apresentada em (41), que, supõe-se, se origina de uma sentença como (45). A estrutura correspondente, se o constituinte for considerado sujeito, seria a estrutura das relativas padrão de sujeito, de acordo com a proposta de Kayne (1994) (cf. 46). :

(45) ...[IP Essa pessoa<sub>k</sub> ...[VP falta [DP [t]<sub>k</sub> [uma [NP orelha]]

- (46) [<sub>CP</sub> [<sub>DP</sub> [qualquer pessoa]<sub>i</sub> [<sub>DP</sub> que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [<sub>CP</sub> C [<sub>IP</sub> t<sub>k</sub> faltasse uma orelha]]]

Qualquer que seja a análise desse tipo de estrutura do PB, como consequência para este trabalho, temos que, assim como as cortadoras originadas na posição de tópico, as cortadoras originadas na posição de tópico-sujeito também não apagam preposições no processo de relativização com a estratégia cortadora. As preposições estão ausentes na posição de origem do sintagma relativizado, seja tópico ou sujeito. Isso aproxima os dois tipos de oração como resultantes de um mesmo fenômeno: a ausência de preposição da relativa é consequência da ausência de preposição no sintagma relativizado desde a numeração.

Outro contexto de ausência de preposição que pode dar origem a relativas cortadoras é o dos advérbios nus. Segundo Larson (1985, *apud* MOURA, 2007), alguns nomes possuem um traço semântico [+F] (F = modo, tempo, lugar), capaz, pelas propriedades de seus núcleos, de atribuir Caso oblíquo aos sintagmas a que pertencem. É o caso dos sintagmas que iniciam sentenças como:

- (47) Aquele dia, nós assumimos a secretaria.

Sentenças com advérbios nus podem ser a origem do processo de relativização que gerou as cortadoras colhidas do *corpus* e transcritas abaixo:

- (48) “Inclusive, no dia que assumimos a secretaria, a primeira preocupação que tivemos foi filmar e registrar.”
- (49) “Então, eu queria fazer essas colocações e dizer que estou preocupado com a forma que estas oitivas estão sendo conduzidas.”

Em nota, Kato (2008) afirma não existir neutralização entre o pronome relativo “que” e os pronomes relativos que expressam tempo, modo e lugar (quando, como, onde). Essa neutralização ocorreria somente com o pronome “quem”. Entretanto talvez seja um fato a ser investigado a neutralização demonstrada nos exemplos abaixo, uma vez que o

pronome *que* é capaz de retomar constituintes com função de tempo (50), modo (51) e lugar (52):

(50) O dia<sub>i</sub> que<sub>i</sub> eu fui na sua casa choveu.

(51) Do jeito<sub>i</sub> que<sub>i</sub> ela fez é melhor.

(52) O lugar<sub>i</sub> que<sub>i</sub> eu conheci o Pedro fica ali.

Curiosa é a constatação de que essa neutralização é agramatical na direção inversa, quando constituintes nominais são retomados por pronomes relativos que expressam tempo e modo, ou seja, o *que* relativiza constituintes adverbiais, mas os pronomes relativos de tempo e modo não podem relativizar DPs.

(53) \*O menino<sub>i</sub> como<sub>i</sub> veio aqui falou bem de você.

(54) \*A professora<sub>i</sub> quando<sub>i</sub> deu a aula é bonita.

Em relação ao pronome *onde*, é possível encontrá-lo assumindo conteúdo distinto de locativo na relativização, inclusive na retomada de DPs. Dados do *corpus* atestam esse fenômeno:

(55) “Ao tempo em que suspendo a sessão<sub>i</sub> por trinta minutos<sub>j</sub>, conforme prevê o regimento interno, **aonde**<sub>i/j</sub> reabriremos e faremos a chamada dos parlamentares.”

(56) “Em primeiro lugar, quero perguntar ao Deputado X pela Casa do Idoso, que ele prometeu no início do ano, onde o senhor fez uma reunião com os idosos do Riacho Fundo II”.

(57) “Agradeço a Deus, ao povo que em mim votou e, em especial, a minha mãe, onde tudo começou.”

(58) “Acolho, também, a Emenda de autoria da Mesa Diretora, onde cancela R\$27.000,00”

Uma análise possível para esse fenômeno é a de que a ausência de preposição em constituintes com traço [+F] permite a difusão do *onde* para outros contextos, inclusive alguns em que a preposição não é requerida.

Esses fenômenos, que vamos chamar de neutralização, podem corroborar a hipótese de que a extração do pronome relativo dá-se a partir de uma posição em que o Caso é atribuído de maneira peculiar, talvez a posição de tópico ou a de um advérbio nu com traço [+F], já que o pronome relativo aparece não regido por uma categoria atribuidora do papel temático.

### **3.2.3. Relativa cortadora e resumptiva a partir de sintagma nominal complexo**

O dado seguinte apresenta uma relativa resumptiva em que o constituinte relativizado ocorre como restritor de um sintagma nominal:

(59) “(...) um hospital que não está funcionando nem 15% **dele** e que já recebeu 25 milhões.”

Observemos o contraste de gramaticalidade existente entre duas tentativas de relativização padrão correspondente, uma com o pronome “cujo”, outra com o pronome “o qual” regido pela preposição “de”:

(60) \*Um hospital cujos nem 15% estão funcionando.

(61) Um hospital do qual não estão funcionando nem 15%.

Em comparação com os dados a seguir, observamos que o que pode estar em jogo é a definitude do complemento selecionado pelo pronome relativo genitivo *cujo*”, que, ao contrário de *o qual*, também é determinante com traço [+definido] e, portanto, seleciona NP com mesmo traço:



- (62) Um hospital cuja metade funciona.
- (63) O professor cuja filha eu vi.
- (64) \*O professor cujas algumas filhas eu vi.
- (65) \*O professor do qual filha eu vi.

A relativa não-padrão, resumptiva ou cortadora, não apresenta esse tipo de restrição:

- (66) Um hospital que não funciona nem 15% (dele).
- (67) O professor que eu vi a filha (dele).

Kenedy (2002: 142, nota 41), conforme comentado no capítulo 2, não aplica a análise que faz das relativas PP não-padrão às relativas de genitivo não-padrão, Para o autor, o *que* dessas orações possui um traço genitivo, mas uma análise mais detalhada sobre o assunto é adiada para investigação futura.

Para Kato e Nunes (2009), conforme mencionado no capítulo 2, a função genitiva é um dos contextos em que a preposição não seleciona argumentos, apenas realiza o Caso genitivo atribuído pelo nome a seu argumento possessivo, e, portanto, pode sofrer apagamento em posição de tópico. Se buscarmos uma estrutura de tópico equivalente ao dado encontrado, teremos o seguinte:

- (68) (De) O hospital, não funciona nem 15% (dele).

A estrutura da relativa do *corpus* baseada em movimento a partir do tópico é descrita abaixo:

- (69) [CP [DP hospital<sub>i</sub> [DP que t<sub>i</sub>]]<sub>k</sub> [CP C [TOP t<sub>k</sub> [IP não funciona nem 15% dele<sub>k</sub>]]]]

Também é possível formar uma estrutura de tópico-sujeito equivalente, graças às características argumentais do verbo ‘funcionar’, que seleciona apenas um argumento

interno. A posição de sujeito pode então ser preenchida por um constituinte do DP complexo, em que o DP deslocado para a posição de sujeito é o restritor do sintagma partitivo:

(70) O hospital<sub>i</sub> funciona 15% (?dele<sub>i</sub>).

Isso sugere que também é possível tratar-se de uma relativização originada na posição de sujeito, cf. 3.2.3. Nesse caso, o uso do resumptivo prejudica a aceitação da sentença.

Note-se que a estranheza quanto à gramaticalidade de (70), no que se refere à presença do pronome, se verifica em uma realização sem pausa e com morfologia de concordância que caracteriza a posição de sujeito. Supondo-se que essa posição é preenchida por movimento a partir do constituinte parte-todo, o pronome *dele* funciona como variável ligada, sujeita ao Princípio C da Teoria da Ligação (cf. Capítulo I). Por isso, não pode estar ligado sintaticamente a um antecedente, como *hospital*, daí a agramaticalidade.

Se o DP é gerado na posição de sujeito nessa sentença (sem movimento), pode-se supor a presença de um operador (nulo) nessa posição, que liga uma variável introduzida pelo nome em sintagmas do tipo parte-todo, o que permite uma distinção entre sujeitos do tipo encontrado em (70) e sujeitos como o presente em (71), que não restringe a presença do pronome possessivo:

(71) João viu a mãe dele.

A impossibilidade de ocorrência de um pronome ligado no mesmo domínio de ligação do tópico-sujeito pode constituir um teste para a definição da posição que esse constituinte de fato ocupa: se o uso do pronome resumptivo é agramatical, é provável que o constituinte em questão de fato ocupe a posição do sujeito; na hipótese de ser aceitável a construção com o pronome resumptivo realizado na estrutura interna do DP, é possível assumir que o constituinte ‘o hospital’ ocupa posição de tópico.

### 3.3 Conclusões parciais

No presente capítulo, foram apresentados, descritos e sistematizados os dados colhidos durante a pesquisa. Buscou-se, com base na bibliografia utilizada como referencial teórico, uma proposta capaz de explicitar a estrutura dos diversos tipos de configurações não padrão encontrados na coleta.

Nesse sentido, o uso de dados reais de fala no estudo de estruturas sintáticas mostrou-se bastante útil. Ainda que o objetivo do trabalho não fosse quantificar os dados ou descrever diferenças dialetais, a coleta permitiu que as análises de estruturas propostas fossem testadas em sua aplicabilidade. É preciso levar em conta, no entanto, que as situações de fala envolvem variáveis que podem invalidar a análise, se considerarmos, por exemplo, que os dados representam não formas recorrentes de uso das estruturas, mas desvios causados por fatores situacionais. Por outro lado, para os nossos objetivos, assumimos que os exemplos selecionados sejam resultantes de uma gramática internalizada, cujas propriedades têm sido identificadas com recorrência, conforme se depreende da literatura gramatical. A tais aspectos, acrescenta-se que o dado real favorece o julgamento como gramatical, uma vez que foi de fato produzido e interpretado.

A análise das relativas não-canônicas no PB em termos do chamado procedimento de alçamento a partir de uma posição de tópico interna, cujo licenciamento dispensa a marcação de Caso por uma preposição lexicalmente realizada, com o tratamento da categoria *que* como determinante gerado dentro da oração relativa no núcleo de um DP em posição de tópico, abre a possibilidade de análise única para uma série de fenômenos observados nos estudos anteriores e neste trabalho: as relativas resumptivas de pronome e de sintagma nominal pleno, as relativas cortadoras de tópico, tópico-sujeito, de advérbios nus, com mapeamento de argumentos originalmente não argumentais, com função genitiva e as relativas em contexto de restrição de ilha.

Assim, a proposta de Kato e Nunes (2009) apresentou-se como a mais adequada dentre as pesquisadas e apresentadas no capítulo II porque, além de estar baseada na proposta de Kayne (1994) e no Axioma da Correspondência Linear, a qual, como mencionado, capta na estrutura a relação entre o núcleo D (selecionado pela oração matriz) e a oração relativa, foi capaz de explicitar a estrutura dos dados encontrados

nesta pesquisa, inclusive daqueles que não se encaixam nas descrições sistematizadas em pesquisas anteriores. As estruturas relativas apresentadas encontram correspondência em sentenças de tópico-comentário, desde que um determinante substitua a definitude originalmente atribuída pela relativa.

A possibilidade de relativização de advérbios nus e a partir da posição de tópico-sujeito representa outros contextos sintáticos, além da posição de tópico, em que a relativa cortadora é gerada pela relativização de constituintes não preposicionados. Isso proporciona a generalização de que não há um apagamento da preposição no processo de relativização pela estratégia cortadora. O que se tem, em todos esses contextos, é que a preposição está ausente na numeração porque o se Caso manifesta no DP de maneira peculiar: como Caso *default* na posição de tópico, por concordância na posição de tópico-sujeito e pelo traço [+F] dos nomes nos advérbios nus.

Kenedy (2002) também traz uma análise baseada em Kayne (1994), que permite analisar a estrutura das relativas não-padrão examinadas: as resumptivas, as cortadoras e as com aparente efeito de ilha, embora não aplique essa análise às relativas de genitivo. Também não parece possível aplicá-la às relativas resumptivas de sintagma nominal pleno e àquelas que mapeiam na sintaxe argumentos originalmente não-argumentais.

A quantidade de dados e a formalidade do contexto em que foram colhidos apontam para o estado geral de variação das estruturas pesquisadas. O surgimento de uma gramática com a realização produtiva da posição de tópico, com as estruturas de tópico-sujeito, por um lado, bem como a manifestação do objeto nulo, por outro, podem ser cruciais para a presença de uma posição de tópico interna à oração relativa no português brasileiro, justificando a produtividade das relativas não-padrão encontradas na pesquisa no português do Brasil, na comparação com outras línguas.

Esses fenômenos podem estar relacionados a mudanças no licenciamento de categorias não argumentais na periferia esquerda da oração.

Outro aspecto relevante seria a possibilidade de relacionar a tipologia do tópico com a tipologia das relativas encontradas no *corpus*.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Agradeço a sugestão da Prof<sup>a</sup> Ilza Ribeiro.

## Capítulo IV - Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo investigar a realização de orações relativas não padrão no português do Brasil. A questão surgiu da observação de dados produzidos em eventos promovidos pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, que envolviam diversas formas de relativização que não poderiam ser descritas pela estrutura apresentada nas gramáticas normativas e, por isso, ofereciam dificuldades de transcrição durante o processo de produção das notas taquigráficas.

A produtividade das construções de tópico-comentário nas mesmas situações de fala descritas e também a similaridade nas características do IP – presença de resumptivo e ausência de preposição – em ambas as construções levaram à formulação da hipótese de que o que permite a realização tão profusa de orações relativas não padrão no PB é a presença de uma posição de tópico interna às relativas.

Buscamos, então, nos estudos prévios sobre as orações relativas e a questão da topicalização no PB uma direção de investigação para a hipótese formulada. Entre as estruturas encontradas para a relativização padrão nas línguas em geral, pareceu-nos mais adequada, pelas evidências trazidas, a proposta de Kayne (1994), pela qual a relativização se realiza pelo alçamento do DP relativizado de dentro da relativa, sendo o *que* gerado como determinante desse DP.

Duas propostas para a estrutura que gera as relativas não padrão no PB se destacaram por adotar a proposta de Kayne (1994). Kenedy (2002) explica a presença de pronomes resumptivos, a ausência de preposição e a gramaticalidade das construções com relativização do objeto direto em contexto de ilha nas orações relativas adotando a visão de que o que sofre restrições não é o movimento dos constituintes, mas o apagamento e o licenciamento das cópias deixadas por esses movimentos e rejeitando a hipótese de presença de tópico interno às relativas.

A proposta de Kayne (1994) para as relativas é também adotada em Kato e Nunes (2009), embora seja postulado que uma posição de tópico interna à relativa seria a

posição de origem do alçamento de DP que gera a relativização, contexto que permitiria a ausência de preposição, a presença de resumptivo e a gramaticalidade de relativização do objeto direto em contexto de ilha.

O estudo pioneiro de Pontes (1987) e a discussão formulada em Figueiredo Silva (1996), Negrão e Viotti (2000), entre outros, revelaram a possibilidade de que o PB seja uma língua, com uso produtivo da posição de tópico ou de proeminência de tópico e de sujeito, o que levou a que alguns estudos atribuíssem ao PB o estatuto de língua voltada para o discurso.

A sistematização dos dados encontrados na coleta revelou a ocorrência de fenômenos não descritos nos estudos prévios. Foram encontradas relativas resumptivas com a posição relativizada ocupada por um sintagma nominal pleno, e não um pronome; relativas cortadoras, com a relativização da posição de complemento nominal em contexto de ilha; relativização de um constituinte não argumental causal; relativização do tópico-sujeito e de advérbios nus.

Procuramos então aplicar as propostas de análise adotadas aos dados sistematizados. Em relação às relativas resumptivas com a posição relativizada ocupada por um sintagma nominal pleno, e não um pronome, a presença de tópico interno à relativa possibilitou a análise, uma vez que a estrutura de tópico também permite a presença desse tipo de constituinte no IP (cf. ORSINI, 2005), mas a possibilidade de não apagamento da cópia mais baixa da cadeia (cf. KENEDY, 2002) não pôde ser aplicada ao caso, uma vez que o sintagma nominal resumptivo nem sempre é idêntico ao constituinte relativizado.

Em relação à relativização de complemento nominal em contexto de ilha, a mesma questão se coloca para as duas análises: qual o estatuto da categoria vazia que ocupa a posição relativizada? Se um *pro* pode ser licenciado no PB na posição de complemento nominal preposicionado, as duas análises são válidas. Se não, vale questionar se essa categoria poderia ser licenciada e identificada pelo constituinte em posição de tópico, possibilidade disponível em línguas que manifestam a proeminência da posição de tópico e de sujeito.

A relativização de um constituinte não argumental causal sugere uma extração a partir de uma posição não argumental. Então, a análise de Kato e Nunes (2009) é mais

adequada para esse tipo de dado porque pressupõe a presença de uma posição não argumental como origem da relativização.

À relativização de um constituinte possuidor, o próprio autor em Kenedy (2002) prefere não aplicar sua proposta de análise das relativas cortadoras ou resumptivas e adia a questão para investigação futura. Para Kato e Nunes (2009), esse tipo de relativa também pode ser gerado por movimento a partir de uma posição não argumental, proposta que pôde ser aplicada aos dados do *corpus*.

Em relação à relativização das configurações designadas tópico-sujeito e das que envolvem os advérbios nus, consideramos que o movimento ocorre a partir da posição que esses constituintes ocupam, seja a posição de tópico, seja a posição de sujeito, seja uma posição de advérbio. Uma relativização padrão, portanto, poderia gerar esses dados. Essa análise permite uma generalização em conjunto com a proposta de Kato e Nunes (2009): no processo de relativização em si não há apagamento de preposição. A preposição está ausente na numeração, na posição de origem que permite a atribuição de Caso sem a preposição, seja por concordância na posição de sujeito, seja por *default* na posição de tópico, seja pelo traço [+F] de advérbios nus na posição de advérbio.

Assim, ficou evidente para nós que a estrutura proposta por Kato e Nunes (2009) é, entre as pesquisadas neste trabalho, a que proporciona a análise unificada de uma gama maior de fenômenos, os encontrados nesta pesquisa e, por isso, talvez também os que ainda venham a ser descritos no PB. Por ser unificada, a proposta recorre a categorias disponíveis no aparato teórico, possibilitando a discussão em termos de propriedades independentes do fenômeno da relativização, ou seja, propriedades cuja manifestação não é exclusiva do processo de relativização. Ao mesmo tempo, tal abordagem remete à caracterização do português do Brasil como língua orientada para o discurso, localizando os fenômenos em um cenário característico<sup>21</sup>.

Algumas questões, porém, ficam pendentes. Discute-se na literatura sobre o estatuto da categoria *que* nas orações relativas como pronome relativo ou complementador. Kenedy (2002) prefere tratá-la como complementador argumentando que seria uma derivação mais econômica; Kato (1993) apresenta dados do latim que poderiam comprovar tratar-se de pronome (cf. (4) e (5), capítulo 2 deste trabalho). Para

---

<sup>21</sup> Agradeço a Prof<sup>a</sup> Enilde Faulstich e a Prof<sup>a</sup> Ilza Ribeiro pela discussão acerca das implicações teóricas dessa abordagem.

nós, essa questão ainda demanda evidências sincrônicas mais conclusivas no PB. Uma das questões a serem investigadas nesse aspecto é se a inserção do *que* na estrutura como determinante do sintagma relativizado favorece sua interpretação como pronome, com compartilhamento de traços phi com o NP que seleciona.

A constatação da possibilidade de a categoria *que* retomar oblíquos na configuração proposta para a relativa não padrão e as discordâncias de julgamento de gramaticalidade com o trabalho de Kato (2008) revelam a necessidade de seguimento na investigação sobre o tipo de preposição regente que pode ser apagada na relativização, no que diz respeito ao envolvimento das variáveis Caso inerente/Caso estrutural e categoria lexical/funcional e de outras questões.

Outro caminho que se abre para investigação são as condições que determinam alguns casos de configuração de *preposition stranding* encontradas *no corpus*, como em: *Essa é uma emenda que o projeto não pode ficar sem*. Uma possibilidade é que esse fenômeno esteja restrito a preposições que não formam o núcleo [P + D] com seus complementos (cf. SALLES, 1997).



## Referências Bibliográficas

- AGUIAR, A. C. *Da estrutura de Expressões Quantificadas em Posição de Tópico*. Brasília: UnB (Dissertação de mestrado), 2007.
- ALMEIDA, J. M. P. e SALLES, H. M. L. Análise das Estruturas Relativas do Português do Brasil. *Anais do VII Congresso Internacional da ABRALIN*. Curitiba, 2011, p. 1965 – 1978.
- BIANCHI, V. *Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Mouton de Gruyter, Berlin, 1999.
- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.
- \_\_\_\_\_. On Wh-Movement. In: CULICOVER, P. WASOW, T. & AKMAJIAN, A. (eds.) *Formal syntax*. NY: Academic Press, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. Westport / London: Praeger, 1986.
- \_\_\_\_\_. *The minimalist program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
- CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora UEL, 1997.
- CORRÊA, V. *Orações relativas: o que se sabe e o que se aprende no português do Brasil*. Campinas: Unicamp (Tese de doutorado), 1998.
- DUARTE, Inês. Frases com tópicos marcados. In: MIRA MATEUS, Maria Helena *et al. Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003, cap. 12.6.
- HORNNSTEIN, N; NUNES, J; GROHMANN, K. K. *Understanding Minimalism*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

KATO, M. Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica. In: Mary Kato e Ian Roberts. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Null objects and VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese. In: QUER, J. *et al.* (eds). *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

\_\_\_\_\_. *Optional Prepositions in Brazilian Portuguese*. Poster presented at the 38th Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL), University of Illinois at Urbana-Champaign, 4-6/4/08, 2008.

KATO, M. e NUNES, J. “A Uniform Raising Analysis for Standard and Nonstandard Relative Clauses in Brazilian Portuguese.” In: *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Ed. by Jairo Nunes, 93-120. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

\_\_\_\_\_. *A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese*. Trabalho apresentado no Workshop do Projeto Temático: A Sintaxe do Português Brasileiro. 2007.

KAYNE, R. *The Antisymmetry of Syntax* (Linguistic Inquiry Monographs, 25). Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

KENEDY, E. *Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. *A antinaturalidade de pied-piping em orações relativas*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ, 2007.

LARSON, R. K. “Bare-NP adverbs”. In: *Linguistic Inquiry*, 16, 1985, p. 595-621.

LI, C. & THOMPSON, S. Subject and Topic: A New Typology of Language. In Charles N. Li (ed.). *Subject and Topic*. London /New York. Academic Press, p. 457-61, 1976.

LUNGUINHO, M. V. S.. Partição de constituintes no português brasileiro: características sintáticas. In: Silva, Denize Elena da (Org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia, Cãnone, 2006. .

MEDEIROS JR., P. *Sobre Sintagmas-QU e Relativas Livres no Português*. Dissertação de mestrado — Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

- MOLLICA, M. C. *Estudo da cópia nas construções relativas em português*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1977.
- MOURA, R. A. S. *Sintagma preposicionado topicalizado: o comportamento da preposição*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2007.
- MUNHOZ, A. T. M. & NAVES, R. R. *Notas a respeito da estrutura argumental de verbos com Alternância entre tema e locativo no português brasileiro*. Anais do IX Encontro do CELSUL. Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça-SC, outubro de 2010.
- NEGRÃO, E. V. & VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a Discourse-Oriented Language. In: Mary Aizawa Kato e Esmeralda Vailati Negrão (Eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madri, Iberoamericana, 2000, p.105-125.
- OLIVEIRA, A. L. *As sentenças relativas em português brasileiro: aspectos sintáticos e fatos de aquisição*. Tese (doutorado). Campinas, Unicamp, 2008.
- ORSINI, M. T. *As construções de tópico no português do Brasil: uma análise sintático-discursiva em tempo real*. Disponível em [www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno05-07.html](http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno05-07.html) Acesso em 20 abr. 2005.
- PONTES, E. *O Tópico no Português do Brasil*. São Paulo, Pontes, 1987.
- ROBERTS, I. *Comparative Syntax*. London, Arnold, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Diachronic Syntax*. New York: Oxford University Press, 2007.
- SALLES, H. M. L. *Prepositions and the Syntax of Complementation*. Bangor, University of Wales (Doctoral dissertation), 1997.
- \_\_\_\_\_. *Preposições essenciais do português*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 1992
- TARALLO, F. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Ph.D. dissertation. University of Pennsylvania, 1983.
- VASCO, Sérgio Leitão. *Construções de tópico no Português: as falas brasileira e portuguesa*. Dissertação de Mestrado – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 1999.